



# Programa de Formação Continuada a Distância

## MÓDULO A - 2008

**A retomada da construção histórica  
do Projeto Político Pedagógico  
do Programa AABB Comunidade**



**MÓDULO A-2008**

Dicas para Certificação.....	2
Quem são os responsáveis pelo processo de socialização das crianças e dos adolescentes, no mundo contemporâneo?..... <i>Edney Mota Almeida</i>	3
A "Pedagogia da Convivência" expande seu espaço no seio da família e da comunidade..... <i>Profª Drª Maria Stela Santos Graciani</i>	8
Adolescente e o horizonte do trabalho à vista: escolhas profissionais e vida adulta - ponderações..... <i>Marcos Eduardo Ferreira Marinho</i>	16
Arte, Criatividade: coragem e inovação..... <i>Carla Casado</i>	20
Outros olhares sobre a construção da sexualidade..... <i>Mariam Deborah Santos Vezneyan</i>	27
O Programa Integração AABB Comunidade e suas Interfaces com o uso de substâncias químicas..... <i>Juliana Santos Graciani</i>	33
A importância da educação social na construção do protagonismo infanto-juvenil para a preservação e democratização dos recursos hídricos..... <i>Márcia Guerra</i>	38

**Coordenadores(as) e Educadores(as)**  
**do Programa Integração AABB Comunidade**

Cabe ressaltar que neste ano de 2008, em razão dos Encontros Pedagógicos do Programa, a Formação Continuada a Distância será composta por apenas **dois módulos**.

**As respostas do Módulo A-2008 deverão ser enviadas ao NTC-PUC-SP até Dezembro/2008**

O certificado só será emitido comprovando-se a participação nos dois módulos

**Dicas** para evitar problemas com a certificação:

1. enviar a lista de participação que estiver no final de cada módulo, devidamente preenchida de **forma legível**, com **endereço completo** e assinada por cada participante (não pode ser assinada pelo coordenador ou outra pessoa).

Obs.: a **Coordenação** que participar das discussões, deverá também assinar a lista, senão não será considerada participante.

2. não serão aceitas devolutivas por fax.

3. cada módulo deverá estar acompanhado de sua respectiva lista de presença (**não pode** ser uma lista única que corresponda a todos os módulos).

4. as respostas do grupo devem ser encaminhadas para o NTC da PUC/SP, por correio ou e-mail – mesmo encaminhando por e-mail necessitamos **OBRIGATORIAMENTE** de cópia por correio, **acompanhada da respectiva lista de participação**;

5. os certificados serão enviados para a residência de cada participante, após a conclusão dos módulos e ressaltamos que só receberá o certificado o educador(a) que participar de 75% das discussões.

*A inclusão de nomes de pessoas na lista de participação para fins de certificação que não tenham participado efetivamente dos grupos de estudos, implicará na invalidação do trabalho de todo o grupo e nenhum participante do município em questão receberá o certificado.*

Finalmente, cabe ressaltar a importância do **plantão telefônico**, disponível à participação de todos os educadores e coordenadores pedagógicos para:

1. esclarecimentos de dúvidas acerca do funcionamento do Programa como um todo e da Formação Continuada a Distância;

2. partilha de dificuldades surgidas na prática político-pedagógica diária;

**Plantão telefônico:** Segunda a Sexta-feira - das 9h às 18h

Fone: (0xx11) 3862-5891

Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP

R. Ministro de Godoi, 1181 – Perdizes – São Paulo - SP

CEP: 05015-001 - E.mail: **ntc@pucsp.br**

**Quem são os responsáveis pelo processo de socialização das crianças e dos adolescentes, no mundo contemporâneo?**

*Edney Mota Almeida <sup>1</sup>*

"A educação das crianças é o capítulo mais importante da nossa vida. Os nossos filhos são os futuros cidadãos do nosso país e do mundo. Eles irão criar a história. Os nossos filhos são os pais e as mães do futuro, e educarão por sua vez os seus próprios filhos. Os nossos filhos devem crescer e tornar-se excelentes cidadãos, bons pais e boas mães. Mas isso não é tudo: os nossos filhos são a nossa velhice. Uma boa educação será nossa velhice feliz, uma má educação será a nossa futura angústia, as nossas lágrimas, a culpabilidade para com o próximo, para com o país".

*Anton Makarenko*

Na retomada da construção histórica do Projeto Político-Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade, vou contribuir com esse texto que aborda as responsabilidades sobre a socialização de crianças e adolescentes na sociedade atual. Socialização, segundo descreve o dicionário Aurélio, é: 1 - Ato de pôr em sociedade. 2 - Desenvolvimento do sentimento coletivo da solidariedade social e do espírito de cooperação nos indivíduos associados. 3 - Processo de integração mais intensa dos indivíduos no grupo.

O Estado, por meio dos seus governos; a sociedade, por intermédio de suas instituições e entidades; as famílias, com seus recursos e empenho; e por último, as crianças e os adolescentes, são os responsáveis pelo processo de socialização. Como Instituição e parte integrante da sociedade organizada, o Programa Integração AABB Comunidade vem realizando seu papel, com trabalhos extraordinários, no desenvolvimento e crescimento integral de crianças e adolescentes.

Para dar seqüência a esses trabalhos e melhorar o atendimento das demandas, bem como para se atingir metas e objetivos, constitui condição fundamental conhecer bem a realidade social do município, da comunidade, do país. O envolvimento de todos os responsáveis que fazem o Programa, em especial o educador social, não é menos importante. Por isso, seria interessante ampliarmos o conceito de educador social. Todos os membros integrantes da sociedade são ou deveriam ser educadores sociais, transformando a cidade em uma urbe educadora.

Ampliando a idéia do educador Paulo Freire, há os educadores biológicos, os pais; os educadores profissionais, nós; e os educadores sociais, que compõem todo o tecido da sociedade. Nessa perspectiva, com o envolvimento consciente de todos, certamente os desafios da sociedade se tornariam mais suaves e viáveis no seu enfrentamento. E o contrário também acontece, processos de "marginalização", quando cada segmento age de acordo com seus únicos interesses e desarticulado do grupo social.

Como um Programa de Integração, amparado pela Lei, com experiência no trabalho com crianças e adolescentes, o AABB Comunidade, em parceria com

Estado  
Sociedade e  
Programa

Tecido Social

<sup>1</sup>Edney Mota Almeida é Educador Social do NTC e Mestrando em Ciências Sociais pela PUC-SP.

o NTC<sup>2</sup> da PUC<sup>3</sup> de São Paulo, enfrenta, cotidianamente, desafios de ordens educacionais, sociais, culturais, políticos, econômicos, para serem superados nos mais diferentes municípios do Brasil, sempre pensando na criança, no adolescente, na família e na comunidade em geral.

Sabemos que há, no Brasil, aproximadamente 61 milhões de crianças e adolescentes, de acordo com o último censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) realizado em 2000, sendo 23,1% de 0 a 6 anos, 27,2% de 7 a 14 anos e 10,7% de 15 a 17 anos. Esta população apresenta acentuadas diferenças regionais, étnicas e sociais, com um total aproximado de 29 milhões de negros e pardos, 287 mil indígenas, 181 mil de origem asiática e 31 milhões de brancos. Um objetivo próximo seria saber esses números em nosso município e, por meio de pesquisa, buscar essas e outras informações nas secretarias da prefeitura de nossa cidade e confrontá-las com a página do IBGE na internet.

Importante identificar em quais regiões da cidade se concentra o maior número de crianças e adolescentes, qual o grau de instrução (escolaridade) e a renda de suas famílias. Saber como elas sobrevivem em relação à moradia, ao acesso à rede de esgoto e água; levantar dados sobre as condições de saúde das crianças e dos adolescentes, sobre a alimentação, analfabetismo, acesso, permanência e "sucesso" na escola.

Esse levantamento deve ser atualizado periodicamente, anual, bianual, de acordo com as necessidades de cada região, comunidade ou município. De posse de todos esses dados, o próximo passo seria mobilizar os atores sociais e os responsáveis pela socialização das crianças e adolescentes. Cada qual na sua função, no seu papel e no seu cargo, ou seja, todos nós temos satisfação a dar à sociedade.

Assim, nenhum de nós prestará favor. É obrigação nossa, de todos sem exceção, cumprir a Lei e atender às necessidades básicas garantidas a todas as crianças e adolescentes. Sejam nós, políticos profissionais, pais, educadores, ou um membro qualquer da sociedade, temos, por dever ético, melhorar os índices de desenvolvimento humano, que colocam o Brasil num ranking vergonhoso, se comparado com outros países da América do Sul e do Mundo.

Dadas as competências e atribuições específicas contidas na Constituição Federal, "a família é a base da sociedade" (Art.226) e compete a ela, ao Estado à sociedade em geral, "assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais" (Art. 227). A realização ampla desses objetivos só será possível na esfera municipal se for articulada e assumida por todos os responsáveis pela socialização das crianças e dos adolescentes.

Ao Poder Executivo cabe desempenhar bem suas prerrogativas legais, sendo responsável pela execução de políticas públicas, principalmente sociais, entre elas: educação, saúde, moradia, assistência social, cultura, esporte, lazer, trabalho, previdência social, segurança pública. Às prefeituras cabe ainda se articularem com os governos, Estadual e Federal. Quanto maior a cidade em termos de número populacional, evidentemente, maiores serão os desafios. Por esta razão, é imprescindível o trabalho em gestão compartilhada, com o envolvimento de toda a sociedade.

Cidades menos populosas devem, em tese, resolver com mais rapidez e eficácia seus problemas sociais envolvendo crianças e adolescentes, por terem mais facilidades no levantamento dos dados. Não podemos deixar de considerar que problemas seculares e culturais, enraizados em todo o Brasil, nos mais diversos cantos, como o controle da esfera pública por famílias e, ou, por empresas particulares, precisam ser superados.

O Programa Integração AABB Comunidade pode, ainda, participar ativamente dos Conselhos de Direitos, tomando decisão sobre as políticas públicas, em nível municipal, apropriando-se das informações acerca das propostas de leis orçamentárias, dos recursos necessários para implan-

<sup>2</sup> Núcleo de Trabalhos Comunitários

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica

tação e implementação, pelo Poder Público local, de programas de apoio sociofamiliar, de atividades socioeducativas, de geração de trabalho e renda, de promoção de autonomia do adolescente e do protagonismo juvenil. Afinal, esses são temas e assuntos que dizem respeito ao Programa.

A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Em consequência, temos, todos nós, em consenso, o desafio de fortalecer a família, reconhecendo e dando a ela plenas condições para tal. "A Constituição Federal, o ECA, outras legislações e normativos nacionais e internacionais reconhecem e destacam a importância da convivência familiar, e também comunitária, no desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo separado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida."<sup>4</sup>

O IBGE chama de família o grupo de pessoas que vivem sob o mesmo teto. Segundo Symansky (2004), "a família está em constante transformação e evolução a partir da relação recíproca de influências e trocas que estabelece com o contexto. As mudanças nas configurações familiares estão diretamente relacionadas ao avanço científico e tecnológico, bem como às alterações vividas no contexto político, jurídico, econômico, cultural e social no qual a família está inserida. Historicamente, a família nuclear tem coexistido com diversas outras formas de organizações familiares - famílias monoparentais, chefiadas pela mulher ou pelo homem; descasadas; recasadas; com membros de diferentes gerações; casais homossexuais, entre outros". Compreender essas transformações também é fundamental para o enfrentamento dos desafios.

E por fim, as próprias crianças e adolescentes carregam uma parcela da responsabilidade por suas práticas de socialização na sociedade. Elas e eles também são membros integrantes da comunidade e precisam ser educados e orientados para cumprirem com seus deveres de cidadãos e exigirem que os direitos deles e de todos sejam atendidos. Elas e eles não estão isentos e livres do processo de construção e transformação da sociedade. É claro que nós, adultos, precisamos arquitetar as condições para que isso se construa, precisamos tirar a lei do papel e concretizá-la de fato.

No próximo módulo, quando abordaremos temas como: norma, regra, limite, falaremos mais sobre as responsabilidades e os desafios para os novos meninos e meninas.

Conselhos de  
Direitos

legislação  
brasileira

IBGE

<sup>4</sup>Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2007

**Bibliografia**

MAKARENKO, Anton. *O Livro dos Pais II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1989

\_\_\_\_\_ *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997

Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2007

**Site:**

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

**Questões para reflexão em grupo**

1- Com relação às crianças e aos adolescentes do Programa Integração AABB Comunidade da sua cidade, quantos são de 0 a 6 anos, de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos? E quanto às diferenças étnicas, quantos são negros, pardos, indígenas, asiáticos ou brancos?

2- Em quais regiões da cidade se concentra o maior número de crianças e de adolescentes pertencentes ao Programa? Qual o grau de escolaridade das famílias? Em dados numéricos, como as crianças e adolescentes vivem em relação à moradia, à rede de esgoto e água, às condições de saúde, de alimentação?





**A "Pedagogia da Convivência" expande seu espaço no seio da família e da comunidade.**

*Profª Drª Maria Stela Santos Graciani<sup>1</sup>*

Desrespeitando os fracos,  
enganando os incautos,  
ofendendo a vida, explorando  
os outros, discriminando o índio,  
o negro, a mulher, não estarei  
ajudando meus filhos a serem  
sérios, justos e amorosos da  
vida e dos outros

*Paulo Freire, Pedagogia da Indignação*

Neste ano de 2008, após longos estudos e infinitas discussões entre os membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, com a imprescindível participação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e universidades, dentre outros segmentos, nasceu o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil.

Portanto, neste momento histórico que se propõe a transformar e solidificar novas relações sociais, institucionais e, acima de tudo, novas relações interpessoais, nas dimensões das ações da família e da comunidade, nós, do Programa Integração AABB Comunidade, estamos atentos para implantar, em nosso âmbito de ação, as diretrizes, propostas e metas que este plano propõe.

Além de sempre estarmos atentos às definições de Políticas Públicas Nacionais, relacionadas à infância e adolescência, sendo protagonistas na implantação e implementação das mesmas, cremos que poderemos dar um passo definitivo e preventivo em nossas ações pedagógicas, consolidando uma pedagogia da convivência, capaz de reverter o quadro violento que estamos enfrentando no convívio cotidiano de nossas ações educativas, circunscritas a novas formas de construção de vínculos, mais sólidas e protetoras do desenvolvimento familiar de nossas crianças e adolescentes.

Este Plano Nacional, submetido à consulta pública, garantindo o caráter democrático em sua construção, na medida em que todos atuam nessas perspectivas, mantêm um anseio e desejo no sentido de romper com a cultura da institucionalização, fortalecendo o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A manutenção dos vínculos, como sabemos, é fundamental para eles, no sentido de serem sujeitos de direitos e garantidores de suas cidadanias. A atenção às famílias é iniciativa fundante, para que estas características possam reverter as situações desestruturantes, não só deste grupo social, como da comunidade onde vivem, uma vez que coexistem no mesmo território. A implementação desta política pública exige

Diante do desafio de implantar o "Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária", o presente texto pretende destrinchar paradigmas, princípios e propostas da Pedagogia da Convivência, com ênfase no papel do Educador Social, da Infância e da Adolescência, de suas famílias e das comunidades.

Plano Nacional  
de Promoção,  
Proteção  
e Defesa  
do Direito  
de Crianças  
e Adolescentes  
à Convivência  
Familiar  
e Comunitária no  
Brasil.

<sup>1</sup>Profª Titular da PUC-SP, Coordenadora do Curso de Pedagogia e do Núcleo de Trabalhos Comunitários, representante do CONANDA, pela PUC-SP, 2008.

ações transversais e inter-setoriais com outras políticas, de forma articulada, para plena garantia dos Direitos e o desenvolvimento social.

Todo plano visa a qualificação dos serviços de prevenção do rompimento dos vínculos familiares, e tem o envolvimento comunitário como instrumento de articulação de diversos atores sociais, para que, de maneira inovadora e renovada, assumam, conjuntamente, um compromisso de promoção, proteção, provocando uma ruptura radical com a visão assistencialista, paternalista, institucionalizante e fazendo nascer uma nova concepção de práticas de uma política pública cujo sistema de Garantias de Direitos, constitui o seu epicentro, não dissociado do contexto sociofamiliar e comunitário.

Com todos os órgãos públicos ligados a infância e adolescência, não só a nível nacional, estadual e municipal, mas também a nível da sociedade civil organizada, estamos, enquanto Programa Integração AABB Comunidade, inseridos neste contexto, implementando uma dimensão estratégica de consolidação de uma Política Pública, reordenando nossa ação educativa, propondo a pedagogia da convivência familiar e comunitária, com um esforço e compromisso com a mudança cultural que atinge as relações sociais e, conseqüentemente, o Estado e a Sociedade local, ampliando nossa concepção de cidadania.

#### **A Pedagogia da Convivência: concepção e conceitos.**

A Pedagogia da Convivência respeita os marcos legais definidos a nível nacional e internacional e referenda os direitos subjetivos da criança e do adolescente, tais como o direito: à liberdade, à dignidade, à integridade física, psicológica e moral, à educação, à saúde, à proteção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos individuais, sociais, difusos e coletivos diante do Estado e da Sociedade, garantidos como e enquanto direitos humanos. São pessoas que precisam de adultos, grupos e instituições, responsáveis pela proteção e defesa da sua participação, proteção, desenvolvimento, sobrevivência e, em especial, pelo seu cuidado.

No âmbito do ECA, no que diz respeito ao direito à convivência familiar e comunitária, o artigo 19 define que a criança e o adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando-se a convivência familiar e comunitária. Este princípio do marco legal é basilar na construção do Plano Nacional. Nossas leis definem família como sendo uma comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, independentemente do tipo de arranjo familiar no qual esta relação de parentesco e filiação estiver inserida. Os vínculos afetivos e simbólicos podem e devem ser reconhecidos, mobilizados e orientados, como prestadores de cuidados da criança e do adolescente.

O Plano incorpora a doutrina de Proteção Integral, Criança e Adolescente, vendo-os como Sujeitos de Direitos, podendo participar das decisões que lhe dizem respeito e devem ser ouvidas e consideradas com suas capacidades e grau de desenvolvimento: cabe à família, ao Estado e à Sociedade proteger e propiciar condições para seu desenvolvimento, prestando-lhes cuidados biológicos, psico-afetivos, cognitivos e sociais, reconhecidos e garantidos pela convivência familiar e comunitária. Nos primeiros anos de vida, por exemplo, a criança adquire importantes comportamentos, dos mais simples aos mais complexos, como a construção do seu "eu", desenvolvimento da autonomia, socialização, coordenação motora, linguagem, afetividade, pensamento e cognição, dentre outros. Sua capacidade de explorar o mundo, de se relacionar com o ambiente (pessoas, animais, coisas etc) será gradativamente sempre ampliada. Brincar contribuirá para seu processo de socialização, ajudando e colaborando para distinções de saberes, regras, limites, papéis sociais, diferenças de gênero, controle da agressividade, distinção entre realidade e fantasia, hábitos de cooperar, competir ou compartilhar dentre outras habilidades e competências importantes para o seu convívio. Nosso Programa Integração AABB Comunidade precisa estar profundamente atinado, para observar e perceber as nuances e matizes destas aprendizagens, para apoiar e contribuir

para uma convivência sadia e amorosa na família.

Por outro lado, é fundamental que a família também esteja preparada para olhar e ver todos estes aspectos em seus rebentos, para prover-lhes o desenvolvimento, a socialização, mediando os conflitos a relação com outras crianças, com eles mesmos, com a escola ou com programas de complementação educacional, como o nosso. A família precisará contar com apoio e atenção para poder acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, em vários contextos, a fim de que aprendam a respeitar e introjetar as normas societárias, os limites e proibições necessárias à vida em sociedade. O modo como todos os atores sociais e institucionais agem com as crianças e adolescentes, como verdadeiros cuidadores, poderá consolidar os comportamentos que gerarão autonomia, independência, construção de auto-conceito, auto-estima, autoconfiança e ajudarão na construção da identidade, personalidade e caráter.

Na adolescência, por exemplo, iniciam-se as várias habilidades intelectuais, acadêmicas, ampliadas pela autonomia e independência, como condições para o enfrentamento de conflitos, ansiedades, medos, além dos processos sociais e culturais que apressam a sexualidade, o impacto do desenvolvimento moral (descrença nos sistemas de valores cognitivos, cristalização de conceitos operacionais para se lidar com o cotidiano adverso que não admite, na maior parte das vezes, flexibilidade) e afetivo (perda de confiança nas relações dos adultos em particular e nas situações institucionais de maneira geral).<sup>2</sup>

Portanto, para todas estas fases da vida, particularmente para os primeiros anos, a convivência familiar e comunitária apresenta reconhecida importância, em todos os sentidos, inclusive nos marcos legais, Constituição Brasileira, e ECA, os quais consideram fundamental, para o desenvolvimento, a relação com a família, no contexto sociocultural e em todo o contexto da vida, biopsicossocial e cultural, não perdendo de vista a complexidade dos vínculos familiares e comunitários que podem ser mobilizados e articulados nas diferentes fontes de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Para tanto, há necessidade de arranjos, no cotidiano, que contemplem a sobrevivência, o cuidado e a socialização, na denominada "Rede Social de Apoio".

Para Dressen:

"Rede Social é um sistema composto de pessoas, funções e situação dentro de um contexto, que oferece apoio instrumental e emocional: ajuda financeira, divisão de responsabilidade, apoio emocional e diversas ações que levam ao sentimento de pertencer ao grupo"<sup>3</sup>

#### **A Convivência Familiar e Comunitária no Contexto Pedagógico**

Apesar de termos claro, não só os atuais modelos de família que, ao longo dos tempos, vem sofrendo significativas mudanças em seu modo de organização e estruturação, sabemos, também, que há vários tipos de convivência, mesclando respeito e valores básicos de civilidade e urbanidade, contrapondo-se às posturas individualistas, consumistas, desumanas e violentas. Há uma tentativa, através da convivência, de mudanças culturais e das relações sociais, pessoais e institucionais; embora haja diferença substantivas em relação ao segmento social, que tem, cada qual, maneiras diferentes de viver valores e formas de entender o cotidiano.

Todos estes fatores vão ter, inexoravelmente, maior ou menor influência nos modelos de convivência de nossas sociedades e nos sistemas educativos em particular.

atores  
sociais e  
institucionais

Rede  
Social de  
Apoio

convivências

<sup>2</sup>Erikson, Eric. Identidade e Crise, Rio: Zahar, 1976. Pag. 311

<sup>3</sup>Dressen, M. A. e Braz M. P. Rede Social de Apoio durante transições familiares decorrentes de nascimento de filhos. Unb. Teoria e Pesquisa, Vol. 6, n3, set/dez. 2000

A pedagogia da convivência é influenciada:

- a) Pelas dificuldades de organização democrática e pelo grau de participação que se revela como um indivíduo importante neste processo, ou seja, em decisões coletivas;
- b) Os déficits de formação tanto dos educadores, quanto dos educandos, em relação a compreensão e entendimento dos direitos humanos; déficit de ética e de cidadania; falta de preparação para mediar conflitos;
- c) A resistência em assumir a convivência como fator preponderante de emancipação e protagonismo.

A pedagogia da convivência se instaura, pois, no âmbito das relações sociais, da experiência concreta do convívio cotidiano dos educadores, formadores, mediadores, pais, inclusive nas intervenções sociais. Vamos definir pedagogia da convivência: como aquela baseada em determinadas relações sociais e em códigos valorativos ou subjetivos marcados pelo contexto social de uma sociedade historicamente constituída. Tanto o conflito como a convivência são realidades sociais inerentes a todas as formas de sociedade, mas próprias de cada uma, seguindo princípios de conviver diferenciados, dependendo do contexto social.

O modelo de convivência democrática e participativa, que privilegiamos, está assentado no Estado de Direito e no respeito aos direitos humanos, para o conjunto da sociedade e é vivenciado em nossa prática educativa.

Estes valores da pedagogia da convivência democrática firmam-se nos princípios da justiça social da igualdade, da dignidade das pessoas. A convivência familiar está centrada nos moldes sólidos de como as pessoas devem inserir-se pessoal e socialmente nas sociedades onde vivem. Este espaço constitui-se no melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Aqui ocorre a socialização inicial onde se aprende os primeiros hábitos de convivência: costumes religiosos, situações de trabalho, qualidade de interação, formas de respeito e responsabilidade. São estes indicadores que orientam o modelo de convivência.

Tão importante como a família é o sistema de ensino, ou outras modalidades de complementação educacional, que marcam o segundo âmbito de socialização, como artefato cultural, ritos, estilos de vida, modelos comportamentais de convivência, suas regras, normas e limites societários. Também muito significativos são os meios de comunicação, também socializadores e fortes influenciadores dos modelos de convivência, como a TV, rádio, internet, videogames, jornais e revistas. Muitas vezes, influenciando em valores claramente sexistas, competitivos, não solidários.

Assim sendo os conteúdos da pedagogia da convivência podem ser sistematizados, como:

- 1-Conteúdos de natureza humana - direito à vida, paixão de viver, dignidade, felicidade e esperança;
- 2-Conteúdo de relações - ternura, respeito, não-violência, aceitação da diversidade, não aceitação da qualquer forma de discriminação e preconceito, solidariedade e igualdade;
- 3-Conteúdos de cidadania - justiça social e desenvolvimento. Estados de Direitos, direitos humanos.<sup>4</sup>

É importante frisar que, em 2008, a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, está completando 60 anos. Ela constitui-se em marco regulador da convivência. Os Direitos Humanos constituem um pacto sólido para a convivência democrática, uma vez que representam um consenso entre as "Nações Unidas", definindo valores, deveres e direitos do viver em comunidade.

Os pilares da pedagogia da convivência baseiam-se em uma opção idônea e legítima pela dignidade, referindo-se à: liberdade, justiça e plena igualdade ente os seres humanos.

Estamos nos referindo a direitos e práticas sociais, políticas e econômicas que devem estar presentes na vida dos cidadãos.

<sup>4</sup>Jesus R. Jares, Pedagogia de La convivência, Grau, Madri: 2006 pag. 20.

Outro aspecto importante para a pedagogia da convivência é o respeito, que se caracteriza como uma qualidade básica e imprescindível, que fundamenta a convivência democrática e supõe a reciprocidade no trato, no reconhecimento da alteridade de cada pessoa, e na relação com o outro.

O diálogo também é um princípio de convivência; não há possibilidade de relação se não houver diálogo. Como Paulo Freire dizia: "conviver uns com os outros é um contínuo exercício de diálogo. Não há vida se não houver diálogo. É uma exigência existencial. Como sendo um encontro que solidariza a reflexão e a ação de seus sujeitos entrecruzados, poderá haver um mundo transformado e humanizado." (Paulo Freire, 1970, pag. 105).<sup>5</sup>

diálogo

O diálogo melhora a qualidade de vida e as relações humanas na família e na comunidade, na escola e nas cidades, países etc. Ele aumenta as possibilidades de melhorar os relacionamentos, assim como propicia as condições para abordar, mediar e resolver conflitos.

A solidariedade, por sua vez, amplia a qualidade do ser humano, porque leva-nos a compartilhar os diferentes aspectos da vida, não somente materiais, mas também emoções, sentimentos. Caracteriza-se, pois, como um dever ético.

"A socialização e a aprendizagem de convivência requer para ser plenamente solidariedade, conviver compartilhado, com cuidado, com entrega aos demais"<sup>6</sup>

A solidariedade deve ser um ingrediente fundamental do processo educativo, no Programa Integração AABB Comunidade, não somente para dar-lhes melhor qualidade de aprendizagem, mas também como um espaço de realização, de gratidão e de reciprocidade. A Compaixão gera comportamentos, atitudes, posturas e responsabilidades, um exercício prático de reconhecimento do outro, que nasce dialeticamente entre a alteridade e a comunhão. Quando encontramos o outro, nos encontramos conosco mesmos. Nesta medida, urge levar conosco as relações de justiça e, necessariamente, transformarmos as situações injustas, inúmeras situações do dia a dia, com o compromisso de mudança social, política, econômico e cultural.

solidariedade

A relação de solidariedade - presentes na convivência familiar e na comunitária - exige ética, virtude, não só no nível pessoal, mas acima de tudo social, institucional, requerendo do Estado de Direitos, políticas de solidariedade humana, como se constitui o "Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil". Por esta razão, precisamos implantar em nossas ações educacionais complementares, a convivência, emanadas dos valores até aqui refletidos: respeito e solidariedade impregnados no tecido social e cultural de nossas crianças e adolescentes, suas famílias, nas comunidades onde vivem e, principalmente, nas escolas que freqüentam.

A sociedade em seu conjunto, e o sistema educativo, em particular, devem gerar um sistema cultural e de valores, frente às manifestações variadas de violência, em suas raízes; por exemplo: maus tratos na família, violência sexual, trabalho infantil, negação da importância da Escola, dentre outras, colocando-se em alerta frente às diferentes situações.

ternura

A ternura, princípio compreendendo o acolhimento amoroso e afetivo, de nossa proposta pedagógica, deve constituir-se como uma das necessidades humanas fundamentais, principalmente considerando que estamos trabalhando com a infância e adolescência, fase de crescimento e amadurecimento, de construção da personali-

<sup>5</sup>Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. SP: Paz e Terra, 1970.

<sup>6</sup>Op. cit. Jesus Jeres, pag. 23

de, identidade e caráter. Sem dúvida nenhuma, a afetividade faz parte de convivência, objetivo primeiro, e se traduz como prioritária no processo de aprender e, conseqüentemente, ensinar. Trata-se, pois, de educar os sentimentos, o emocional, como assinala Arendt (1993),<sup>7</sup> ressaltando que estas características não se opõem a racionalidade, uma vez que somos seres racionais e afetivos.

Aprender a viver exige saber conviver consigo mesmo e com os outros, em família, na escola, nos parques; enfim, significa também relacionar-se com a igualdade e com a diferença. Em qualquer caso, diferença ou diversidade fazem parte da vida e podem inclusive ser fatores de conflitividade. Partindo dos pressupostos de uma educação democrática e comprometida com valores de justiça, da paz, dos direitos humanos, teremos que nos defrontar com a diversidade. Sendo assim, deveremos saber exatamente que postura tomar diante de situações segregadoras, excludentes e discriminatórias. É dando exemplos concretos nos processos de socialização e educativos, que iremos afirmando nossas convicções e místicas, enquanto educadores sociais.

Coexistir no cotidiano demanda um grau amplo de esperança, para melhorar a convivência de todos nós, professores, educadores sociais etc facilitando a auto-estima individual e coletiva, como prevenção à passividade e ao conformismo, dois aspectos danosos para as pessoas e para a convivência familiar e comunitária. Ao detectarmos medos, inseguranças, desânimo, habitualmente presentes em ações educativas de pessoas ou de pequenos grupos, necessitamos conhecer as suas causas. Uma postura que parece ser essencial para conter determinados problemas e conflitos.

Finalmente, a esperança carrega com ela a alegria. Normalmente, as pessoas alegres são otimistas, empreendedoras e criativas, mantêm um sentido de futuro, caracterizado pelo enfrentamento da dificuldade e quase sempre encontram saídas para situações difíceis. Define essas pessoas, o caráter de resistência e capacidade ativa ante a vulnerabilidade e os riscos que circunscrevem suas ações no cotidiano.

No entanto, fatores desagregadores da convivência precisam ser identificados e imediatamente tratados, dependendo de suas naturezas, como: fatores socioeconômicos, violências estruturais e conjunturais, fatores culturais ou ideológicos, além da intolerância, não aceitação da diversidade, mentira, individualismo, consumismo, corrupção, desigualdade e injustiça social, dentre outros, que dificultam ou impedem uma convivência familiar ou comunitária salutar.

Como já foi dito, a constância das figuras emblemáticas e exemplares na vida das crianças e adolescentes, com condições sociais e culturais acessíveis, com a realização de cuidados e em clima de ternura, solidariedade e afeto, são favoráveis, não só nos primeiros anos de vida. Favorecem a constituição de novos vínculos que propiciam as condições adequadas para sua socialização e desenvolvimento integral. Dá acesso aos direitos universais para todas as famílias e a contraparte da responsabilidade do Estado em garantir o desenvolvimento da criança e adolescente, das novas gerações e da cidadania.

Caberá, pois, aos educadores sociais, do Programa Integração AABB Comunidade, proporcionar atividades internas e externas, para conseguirmos uma pedagogia da convivência positiva, através de atividades com as crianças e adolescentes, com os demais educadores e professores das escolas, com a família e a comunidade, tais como: assembléia com os alunos, debates nos ambientes educativos, conversas individuais e coletivas, participação e organização de campanhas a favor de convivência salutar, participação e organização de jornadas a favor da convivência familiar e comunitária, dinâmicas de grupo que simulem conflitos, jogos cooperativos, exercícios de resolução de conflitos, leitura coletiva sobre conflitos e convivência, vídeos ou outras modalidades com películas explicativas sobre a relação conflito X convivência, assembléias com pais e comunidade para explicitar o tema, entrevistas com as famílias sobre este assunto, dentre outras possibilidades didáticas.

Como se pode perceber, há necessidade de planificar a pedagogia de convivência e fazê-la

<sup>7</sup>Arendt, A. A Condição Humana. Barcelona : Paidós., 1993.

acontecer continuamente, o que, por esta razão, demanda estudo, reflexão e ação permanente na perspectiva de prevenção como resolução de conflitos. Melhora, portanto, a comunicação, clarifica situações de conflito, trabalha sobre os problemas concretos dos grupos ou pessoas, centra-se nas soluções e resoluções de desafios e, finalmente, avalia, com estratégias emancipatórias, os processos e resultados, sempre com paciência histórica, ternura no acompanhamento e competência no desempenho, aplicando, com coerência e integridade, os valores da qualidade de vida de nossos educandos, familiares e comunidades envolvidas. Estas ações devem ser monitoradas e controladas socialmente, para acompanhar os reais resultados das ações.

### **Bibliografia**

JARES, X.R. *Pedagogia de la convivencia*. Madrid : Ed. Grão, 2006.

ARENDT, H. *La Condicion Humana*. Barcelona: Paidos, 1993

BAUMAN, Z. *A Sociedade Individualizada*. RJ: Paz e Terra, 2001.

SACRISTAN, Gimeno. *Poderes Inestables en Educacion*, Madrid. Morata; 2001.

\_\_\_\_\_. *Educar y Convivir en La cultura global*. Madrid: Morata, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação*. RJ: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia*. RJ: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 1970.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária - CONANDA- 2006.

**Questões para reflexão em grupo.**

1-Quais os pontos fundamentais da Pedagogia da Convivência? Com a família e com a comunidade?

2-Faça um plano sobre a convivência familiar e comunitária, na sua AABB, para implantar o "Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária"





## O Adolescente e o horizonte do trabalho à vista: escolhas profissionais e vida adulta - ponderações.

Marcos Eduardo Ferreira Marinho<sup>1</sup>

O ingresso no mundo do trabalho constitui-se em um dos momentos marcantes da passagem da condição adolescente e juvenil à vida adulta. Isto permanece atual nas sociedades ocidentais contemporâneas, não sendo, porém, o único significado que o trabalho adquire para o jovem.

Sob a ótica adolescente, pensar em trabalho não necessariamente envolve a possibilidade de fazer escolhas como, muitas vezes, as propagandas e o marketing educacional nos apresentam. Pode acontecer que condição econômica e familiar leve o adolescente a entrar precocemente no mercado de trabalho para garantir a subsistência de sua família e, na maioria das vezes, essa entrada precoce ocorre em trabalhos e funções de caráter inseguro e precário.

O trabalho pode adquirir outros significados como a oportunidade de aprendizagem, acesso ao lazer e à cultura com os recursos dele advindos, podendo propiciar certa autonomia econômica. A fruição de bens culturais e de lazer dependem de uma circulação de recursos financeiros dos jovens e entre os jovens.

Embora, na maioria da população jovem brasileira, a escolha da profissão seja uma prerrogativa de adolescentes das classes mais abastadas, o início da trajetória ocupacional de qualquer jovem não se dá sem certo grau de angústia. Esta angústia decorre da necessidade de fazer escolhas e, mais ainda, de ter de aceitar o resultado da escolha. As vezes, essa angústia se transforma em desgosto, sofreguidão, sufoco, avidez etc. por talvez não ter havido as condições ideais para uma escolha madura.

O fatalismo ou a naturalização, que explicaria a origem de tudo ou colocaria a responsabilidade das escolhas em algo ou alguém fora do indivíduo, se apresenta então como possibilidade de fuga das angústias, das escolhas que o adolescente e o jovem precisam fazer.

"O destino é o acaso atacado de mania de grandeza"

Mário Quintana

Ao final da adolescência, o indivíduo se depara com uma realidade de empregos e trabalhos gerados para jovens que são de curta duração e, muitas vezes, de baixa remuneração. E assim o jovem inicia sua trajetória ocupacional com níveis crescentes de incerteza pelo fato de mudanças e inovações constantes levarem as ocupações à obsolescência.

Esses fatores, juntamente com o excesso de informação e as exigências que os adolescentes percebem à respeito do mundo do trabalho, fazem com que o adolescente freqüentemente, estabeleça critérios de escolha mais voltados para referenciais externos que para seus interesses, anseios e aspirações.

Conforme vinha explicando anteriormente, é uma questão complexa, pois, por um lado, o aumento dos segmentos de profissões aumenta as possibilidades de escolhas enquanto ao poder ser em termos profissionais, e isso representa uma forma

"Se tendes o dom de ler as sementes do tempo, e dizer quais hão de germinar, e quais não, falai!"  
Ato I - Macbeth  
William Shakespeare.

mundo do trabalho

empregos e trabalhos

<sup>1</sup>Psicólogo e Educador do Núcleo de Trabalhos Comunitários - PUC /SP

de liberdade maior que nos tempos da família tradicional; por outro lado, a continuidade dos estudos e da aprendizagem de novas ocupações exige o dispêndio, na maioria das vezes, de recursos que o jovem não possui.

Do ponto de vista da análise do mercado de trabalho, não podemos permitir que continue prevalecendo a falsa disjuntiva colocada pelo pensamento neoliberal - e da qual nos tornamos prisioneiros -, composta pela opção entre precarização (trabalho precário e informal) e desemprego. É plenamente possível alcançar uma conjuntura em que todos trabalhem.

Muitas vezes, pensam-se ações para gerar trabalho aos jovens sob a lógica em que se naturaliza a relação Desemprego/Pobreza/Criminalidade e, a seguirmos nesta lógica, partimos para o "é preciso dar ocupação a estes jovens". Esta visão faz-nos escorregar em outro preconceito, o do trabalho como disciplinador para os jovens advindos das classes populares, que, de outra forma, estariam "inclinados" ao crime. Mas há outras causas para o crescimento da criminalidade, principalmente nas áreas metropolitanas, como a ausência do Estado, exclusão espacial e geográfica etc.

Feitas estas ponderações, temos que considerar o desemprego juvenil como um problema social, pois as taxas de desemprego juvenis cresceram mais que as taxas de desemprego entre trabalhadores adultos. Inúmeras iniciativas públicas vieram nestes últimos anos buscar reverter e favorecer a inserção dos jovens no mundo do trabalho e estas ações, que são de 3 tipos ou formas, via formação profissional, via incentivo a contratação e através de normativos, vêm atingindo parcialmente os objetivos de aumentar a empregabilidade dos jovens.

Muito recentemente, veio sendo incorporada, nas metodologias de formação profissional, o trabalho de orientação e informação profissional. É preciso que enfatizemos, junto ao trabalho de proporcionar ao jovem a aprendizagem de habilidades ocupacionais, toda a gama de informação e análise sobre a realidade do mundo do trabalho que o circunda. Por outro lado, não podemos restringir nossa visão apenas ao momento de entrada, mas refletir com o adolescente e com o jovem em termos de oportunidades de educação e da importância da requalificação continuada, de uma educação por toda a vida.

Ao longo dos anos nos cursos de formação inicial do Programa Integração AABB Comunidade, insistíamos com os educadores na importância de se trabalhar na construção de um projeto de vida do educando. Pois bem, nesta construção junto ao adolescente do Programa, nosso maior desafio agora é o de criar condições para que a escolha profissional e ocupacional se dê com o maior grau possível de autonomia e responsabilidade. Este é um esforço de todos, deve envolver as famílias, as comunidades, as escolas, o poder público municipal e o Programa Integração AABB Comunidade. Requer de nós, educadores, uma atitude curiosa e pesquisadora sobre a realidade do mundo do trabalho, pois esta muda de forma cada vez mais veloz.

Sendo, o trabalho, a centralidade da vida do indivíduo adulto, não podemos esquecer que, além da questão do trabalho, o jovem deve ter uma atuação junto à sua comunidade, no sentido de conhecê-la e atuar de forma solidária e cooperativa para atender às suas necessidades, tornando-se, além de profissional, um indivíduo ciente de suas responsabilidades sociais.

E, finalmente, no momento em que o Programa Integração AABB Comunidade parte de forma vigorosa para pensar alternativas que ampliem o acesso do jovem ao mundo do trabalho, o desenho das ações e das formações deve partir de estratégias que rompam e não reforcem as barreiras sociais que se colocam frente a estes adolescentes atendidos no Programa.

Só faz sentido desenvolver ações referentes à entrada no mundo do trabalho de nossos jovens, se o horizonte vislumbrado for amplo e desafiador e estas ações possam garantir o que os adolescentes e jovens das classes mais abastadas já possuem, a possibilidade de escolher!

**Bibliografia:**

BOCK, Ana Mercês Bahia et all. *A escolha profissional*. São Paulo: Casa da Psicólogo, 1995.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. *Orientação Vocacional: a Estratégia Clínica*. 10 edição. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.

CASTRO, Jorge Abrahão de (org.) *Juventude e Políticas sociais no Brasil*. Estudos IPEA, Texto para discussão n. 1335, p. 46. 2008.

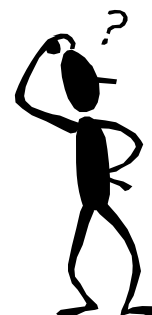
GRACIANI, Maria Stela S. *O Ensino Superior no Brasil - A estrutura de poder na universidade em questão*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1984.

**Questões para reflexão em grupo.**

1 - Qual a ocupação que apresenta o maior número de jovens em seu município?

2 - Analise, de forma breve, o mercado de trabalho em sua região, tipos de trabalho, com ou sem carteira assinada, micro empreendimentos etc.

3 - Que temas a equipe incluiria num plano de formação voltada para os jovens acima de 16 anos, no seu município, a partir do Programa Integração AABB Comunidade?



**Arte, Criatividade: coragem e inovação**

Carla Casado<sup>1</sup>

" A ruína me faz ruminar uma idéia:  
Que o tempo deve vir arrebatá-me o amor:  
Para mim isto é morte e não posso senão  
Tua perda temer e chorar por te ter"

Shakespeare

Este artigo traz uma reflexão sobre a criatividade, resgatando o contexto histórico da arte/educação no Brasil, com o intuito de buscar a compreensão do tratamento dado à arte no processo educativo e refletir sobre as ações necessárias e desafiadoras à arte de criar.

Papel, caneta, computador, pincel, tela, tinta, microfone, e tantos outros, são instrumentos, são as linguagens, as mídias como as conhecemos. Foram criadas e contribuem para a realização do ato criativo. O que esses instrumentos nos dizem, ou melhor, o que dizemos com estes instrumentos? O que chamamos de criatividade?

Ao refletirmos sobre arte, nos artigos anteriores, atentamos sobre a sua importância como propulsora de uma educação que visa autoconhecimento, uma ampliação de visão do mundo e a construção de sujeitos ativos participantes de sua própria história, compondo-a juntamente com o coletivo. Para tanto, no Programa AABB Comunidade, escolhemos uma metodologia que propicie a prática e o alcance de uma proposta de um mundo mais justo. Consideramos que as linguagens artísticas promovem experiências que levam à reflexão sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo, além de aguçar e estimular a criatividade, tão necessária na inovação e construção de novas relações sociais.

Reconhecemos ser um desafio, já que, ao estudarmos sobre a arte, percebemos que ela foi historicamente compreendida, pelo ensino, como um acessório, um momento "livre" dentro de uma concepção em que a crítica inexistente e a técnica prevalece.

Ao escolhermos uma concepção comprometida com a mudança social, nós, educadores(as), temos o compromisso de pesquisar sobre o ensino da arte e torná-lo uma prática, pois sabemos que conhecer mais não garante colocá-la em prática. Ao ampliarmos nosso conhecimento, prometemo-nos a agir de uma nova maneira.

Ana Mae Barbosa, em seu livro, "Arte-Educação no Brasil", nos aponta sobre a importância de conhecermos a história para melhor compreendermos o presente e os desafios que este nos coloca. Segundo a autora, arte-educação é uma área de estudos extremamente propícia à fertilização interdisciplinar. O termo tem demonstrado um dualismo existente; é preciso avançar e transformarmos um processo dual (subordinação das teorias da educação ao material de origem artística e vice-versa), em um processo dialético, que seria a interdependência entre arte e educação e não a junção da arte à educação ou a sua oposição.

Rejane Galvão Coutinho, em seu artigo, "Qual o lugar da Arte?", contribui de maneira bem sintética e esclarecedora sobre o contexto histórico e a visão sobre a arte no tempo. Revela que, na antiguidade clássica, fazia-se distinções entre as artes "maiores" e as "menores", reforçando a hierarquia entre as artes liberais e artes mecâ-

linguagens  
artísticas

arte  
educação

<sup>1</sup>Cantora, compositora e arte/educadora do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP

nicas, a arte erudita tendo status de superior à arte popular, legitimando o capital cultural hegemônico.

No século XIX surgiu uma concepção patrimonialista, advinda das concepções da Academia de Belas Artes e dos Conservatórios de Música de tradição neoclássica. No Brasil, com essa mesma raiz de concepção, no final do século XIX e início do XX, no contexto de proclamação da República e da abolição da escravatura, foi introduzida a disciplina de Desenho nas escolas primárias e secundárias, tendo apoio dos liberais e positivistas, baseados nos modelos ingleses e norte-americanos. Esse apoio teve como argumentação as soluções para a construção de um país moderno, buscando uma mão-de-obra qualificada, que justificava o desenho como uma linguagem útil para o desenvolvimento industrial, uma demanda social daquele momento. Ainda temos nessa concepção, a criação, destinada aos "espíritos livres" e desinteressados da elite, e para os trabalhadores, a reprodução dos ideais estéticos, objeto de consumo das elites.

No século XX, junto com os movimentos modernistas, veio uma concepção mais progressista, procurando justificar a importância da arte na educação e sua contribuição para a educação integral do ser humano, mas ainda não a importância da arte em si. Esta concepção só surgiu depois das guerras mundiais, fundamentada pela psicologia, psicanálise e pedagogia experimental, com o ideal de sociedade mais humana e democrática. Na prática, ocorreu a introdução da disciplina Educação Artística no currículo escolar brasileiro e, segundo Rejane, esta concepção acabou por responsabilizar o ensino da arte como único espaço humanizador da escola. Houve apenas uma adequação ao sistema, a escola não mudou para acolher estas idéias, houve um esvaziamento desta concepção, com o sistema reproduzindo as dicotomias razão-emoção, mente-corpo e etc.

No final do século XX e início do XXI, surge uma concepção não mais centrada numa cultura hegemônica, pressupondo o diálogo e a interação entre as culturas. O desafio é dar acesso às habilidades de interpretação e produção no extenso campo cultural, e a inclusão de novas mídias que diluem fronteiras entre as diversas linguagens artísticas.

Este resgate histórico contribui para compreender a nossa atualidade, a qual ainda é repleta de preconceitos, como a existência da hierarquia de valores que atribuímos em relação às culturas eruditas e populares. Também a função utilitária que ainda atribuímos às linguagens, com as inquietantes perguntas sobre o que criamos para quê e para quem. Questões que nos falam de nossa responsabilidade na atuação e na prática da criatividade, pois a nossa ação vai manter ou não as relações sociais existentes.

Nosso desafio é fazer da busca de conhecimento uma prática não só teórica, como já refletimos em artigos anteriores. Precisamos colocar em ação um entendimento de arte como instrumento e também como área de conhecimento. Ao pensar arte, não podemos deixar de pensar criatividade.

Rollo May, em relação ao processo criativo, revela, primeiro fator que podemos notar no ato criativo é a sua natureza do encontro. Segundo o autor, a criatividade é o encontro do ser humano, intensamente consciente, com o seu mundo. Há também a criatividade escapista, aquela que fica só na idéia, mas não se cria propriamente.

Em seu artigo, "Sobre a palavra criatividade: o que nos leva a pensar Piaget e Vigotski", Luiza Helena da Silva Christov contribui com uma pesquisa sobre a palavra criatividade. Relata que, para Piaget, o conhecimento é o processo implicando na ação do sujeito que conhece para acomodar (associar o novo ao já conhecido), assimilar (criar novas estruturas para incorporar o novo conhecimento) e equilibrar (superar a crise provocada pelo novo). Neste conhecimento, existem quatro grandes estágios e em cada um deles, está presente a produção de novas condições para o conhecimento. Então, os processos criativos estariam presentes na criação de novas estruturas e em cada etapa de desenvolvimento. Sendo, a inteligência, uma criação contínua, resultando da ação do sujeito sobre o objeto, a criação do novo ocorreria devido a um processo de abstração reflexiva.

Portanto, Piaget pensa a criatividade tendo como referência suas hipóteses sobre criação de estruturas para conhecer, como um processo que resulta de esforços da nossa consciência e nossa capacidade de abstração e reflexão crescentes de acordo com o nosso desenvolvimento cognitivo. A autora, ao analisar o que é criatividade para Piaget, infere que quanto maior a nossa capacidade de abstração reflexiva, maior a nossa condição de criação.

conhecer  
é  
criar

Se, para Piaget, a criação é a condição para o conhecimento, portanto, para algo novo e, para Vigotsky, conhecer é criar, a autora nos instiga com os questionamentos sobre o significado de dizermos querer formar alunos críticos e criativos e de como seria uma aula na qual se ensina e se aprende a ser criativo.

Segundo Rollo May, na comunicação de massa há o perigo do conformismo, todos vêm as mesmas coisas ao mesmo tempo e em todas as cidades do país. Isso se oporia à criação livre e original. Então, o fato de criarmos soluções cotidianas para os nossos problemas, recebermos informações novas, não nos traz necessariamente clareza sobre o que criamos ou, como diria Rollo May, não necessariamente gera um encontro.

Precisamos nos questionar sobre qual é o conhecimento que valorizamos. Muitas vezes, um conhecimento é transmitido como verdade e não como um desafio a ser investigado, ou seja, como algo proporcionando sempre novas perguntas. Pois a pergunta é o mote do conhecimento. Uma das características da arte é ser inacabada; por isso, sempre conta com o olhar de quem interage com ela. Nossa percepção do mundo deve ser instigada por conhecimentos que se apresentem como desafiadores e não como estáticos e com respostas prontas. Ao desafiar o conhecimento a ser sempre novo e inacabado, estaremos estimulando a manifestação da criatividade e possibilitando um seu exercício maior e contínuo. Ao exercitá-la, podemos adquirir uma consciência de como fazer, experimentando novas ações, o novo, tornando íntimo e consciente o processo e sua importância.

encontro  
criativo

Retomamos Rollo May quando diz que cada encontro criativo é um fato novo, em que cada vez, a coragem deve ser afirmada. Segundo o autor, é preciso ter coragem para criar, pois a criatividade, que ele estuda, é o processo de fazer, de dar sentido ao que não tem sentido, dar a vida. Seria a relação com a "realidade" e o sonho de um novo mundo.

O autor, ao explicar a criatividade que ocorre num ato de encontro, cita, por meio de Archibald Macleish, em seu livro *Poesia e Realidade*, um poema chinês: "Nós, os poetas, lutamos com o Não-ser para forçá-lo a produzir o Ser. Batemos à porta do silêncio à procura de música". Ao analisar a frase, Archibald destaca que o poeta luta com a ausência de sentido e com o silêncio do mundo, até forçá-lo a ter sentido.

Rollo May insiste na coragem, pois nos diz que o ato criativo origina-se da luta do ser humano contra e com aquilo que o limita. E a consciência nasce do reconhecimento desses limites, do reconhecimento nascido da tensão dialética entre as possibilidades e as limitações. O confronto com os limites seria uma expansão da personalidade humana, sendo que limitação e expansão se completam. Para ele, o conflito pressupõe limites e, na realidade, é a fonte do produto criativo.

construção  
coletiva

A relação de ensino e aprendizagem que propõe mudança e superação necessita do conflito, que significa inquietação, liberdade de expressão, construção coletiva, ampliação de visão com relação a cada um, ao todo e sua relação com o mundo. É preciso ampliar a compreensão da idéia de conflito. Solucioná-lo é trocar idéias, participar com sua posição no mundo, é ser ativo dizendo o que se pensa num mundo

das diferenças. É a partir do conflito deflagrado que se tem um novo entendimento, uma nova idéia ou um novo caminho a ser trilhado.

Ao nos depararmos com conflitos, deparamo-nos com nossas limitações, refletimos sobre nossa condição humana. Como ainda diz Rollo May, temos a limitação física com a inevitável morte e as limitações metafísicas como nascer numa família, num país, num contexto histórico, independente de nossa escolha.

Poderíamos escolher um caminho sem a percepção das nossas condições, pois essas são feitas de todos os sentimentos, de dor, de alegria, angústia, entusiasmo, ansiedade, entre tantos outros. Mas parece que não valorizamos a condição como um todo e nos defendemos de nos relacionarmos em situações que nos parecem insuperáveis. Ao aguçarmos nossa percepção, vamos nos colocar de frente à complexidade e ao ser em sua totalidade. Por isso, ao escolher o caminho criativo, estamos escolhendo um sujeito que quer enfrentar seus temores, quer se auto-conhecer e contribuir com o outro e o mundo que o cerca.

Para ocorrer um encontro do indivíduo com o mundo, torna-se necessário ampliar sua percepção e o contato com as linguagens artísticas. Contribui quando elas são compreendidas e realizadas dentro da proposta de aguçar todos os sentidos e trazer à tona a complexidade humana e sua relação com o mundo. Ao construirmos o exercício de desafiar a nossa potencialidade, já existente, de criar, também nos escolhemos como sujeitos que se encorajam para olhar para o outro e para o seu sofrimento, o que nos instiga a fazer algo por ele; portanto, também por nós mesmos.

Rollo May diz que devemos ter a coragem de fazer o uso do corpo para o cultivo da sensibilidade e não para desenvolver músculos. Para valorizarmos os momentos de solidão e também perceber que estes, juntamente com a solidariedade, nos propiciam os momentos criativos. Segundo ele, a criatividade caracteriza-se por uma intensidade de percepção e um alto nível de consciência.

Ao relacionarmos com a nossa ação pedagógica, buscamos construir, junto com o coletivo, a criticidade, a qual nos levaria à consciência. Ser crítico é ser ativo, é refletir sobre o conhecimento, duvidar. Já a consciência deve ser ressaltada como um processo contínuo de percepção e encontro de significado entre o sujeito e o mundo. O momento deste encontro caracteriza-se pela paixão, pela emoção que altera nossos sentidos e nos propicia também um novo entendimento, pois experimentamos um novo momento de sensibilidade, o que também acontece quando estamos em contato com a arte. Também, alerta o autor, a pessoa com coragem para criar e duvidar, ao mesmo tempo, é flexível e aberta aos novos ensinamentos.

No ato criativo ocorre o êxtase, significando a intensidade de consciência, com todas as funções, como as intelectuais e emocionais, agindo juntas. Necessitamos de uma ação educativa que tenha, em sua prática, a compreensão do ser humano não fragmentado, de que a aprendizagem é com o todo, de que a emoção não se separa da razão e também o prazer não deveria separar-se do momento de aprender.

Em seu resgate sobre os impulsos criativos, Rollo May acrescenta que, desde o Renascimento, a civilização ocidental vem enfatizando as técnicas e as mecânicas. Portanto, temos sido orientados para a tecnologia e uma criatividade dirigida ao progresso e aplicação da ciência.

No início deste artigo, pergunto o que os instrumentos ou as mídias nos dizem. Com esta reflexão, ousaria, pois arriscar sempre está no ato criativo, a dizer que refletem a nossa potencialidade criativa, sendo o próprio instrumento a concretização de um ato criativo. Dizem também que elaboramos meios de nos comunicar e que esses meios podem ser utilizados com várias finalidades. A humanidade muito criou mas, historicamente, esqueceu-se do foco da sua criação, o ser humano. Criou e vem criando muito, de maneira desenfreada, mercadorias para o consumo, criando também necessidades de mercado e jeitos padronizados de ser.

A criatividade de que estamos falando é a coragem de perceber as questões humanas, numa perspectiva de escolha por um mundo de significados imbuídos de paixão pela vida. Portanto, por tudo que pulsa e compõe a vida, na escolha de criar um sentido e expressá-lo em nossas ações,



numa ação consciente da nossa responsabilidade e compromisso com as questões sociais que nos envolvem e, também, com a criação de um mundo que desejamos.

A criação vive o ideal de futuro, o que ainda não existe, o ato criativo experimenta a mudança e vai construindo esse ideal de futuro no presente. Por isso, a importância da arte como metodologia e conhecimento nas relações humanas, portanto, como educação..

Refletimos aqui, que a ação pedagógica, permeada de significados, parte do conhecimento que o sujeito já traz e amplia sua visão de si e do mundo, porque possibilita o contato com novos desafios, com a ativação de todos os seus sentidos. A educação e sua interdependência com a arte trazem uma nova maneira de compreender o como se ensina e aprende simultaneamente, toda a complexidade humana e as situações a que procuramos responder e dar significado ao mundo.

A nossa prática pedagógica reflete o que dizemos com os instrumentos, com as mídias, enfim com o que comunicamos e como o fazemos. A comunicação não se restringe à idéia, na prática de criatividade "escapista", como vimos acima, a que fica só no ato da idéia. Precisamos colocar em ação a metodologia que experimenta a mudança. Portanto, ao elaborarmos os nossos planejamentos, precisamos nos lembrar da amplitude que a arte, entendida como estímulo, e a própria criação significam em nossa prática.

A prática de aguçar a percepção, de sensibilizar e promover paixões no ato de criar, é o anúncio do que queremos alcançar com a ação no momento que vivenciamos.

Ao compreendermos a criatividade como um momento de encontro de si com o mundo e também na construção de um sujeito ativo, como diz Paulo Freire, "molhado de seu tempo", ou seja, envolvido, apaixonado e determinado para dar sentido à sua existência no mundo, torna-se imprescindível à busca de coerência na ação-reflexão-ação. Portanto, trazer essa reflexão sobre a criatividade e colocá-la em prática, é gerar uma nova ação pedagógica.

Já vimos, em artigos anteriores, que a nossa metodologia utiliza-se das diversas linguagens e a arte aproxima-se do nosso objetivo de promover o autoconhecimento, ampliando a percepção do mundo e o comprometimento com a vida, portanto com relações sociais mais dignas e justas. Para isso, entendemos a arte em duas vertentes em nossa metodologia: a primeira, como instrumento pedagógico, com objetivo de pesquisa e trabalho sobre um determinado tema de necessidade do grupo. A segunda, como área de conhecimento, trabalhar as habilidades específicas, como tocar violão, aprender a capoeira, a interpretação teatral, a dançar e tantas outras. Porém, não podemos esquecer de exercitar e estimular a criatividade, relacionando sempre as duas vertentes.

Detalhando melhor a prática, ao descobrirmos a questão problematizadora do grupo, que irá determinar o tema gerador, partimos de um momento de troca de idéias, o que cada um e o grupo sabem sobre a questão. Neste momento, as linguagens ajudam na liberdade de expressão, na criatividade em expor idéias, na sensibilização em relação ao assunto etc. Ao agirmos como mediadores no processo, junto com o grupo, ampliamos a visão em relação ao tema em pesquisa. Podemos, neste momento, dar acesso a vários textos que circulem em maneiras diferenciadas, que utilizam várias formas de comunicar, tais como: peças teatrais, músicas, jornais, propagandas de revistas, revistas em quadrinhos entre outros. Assim, estamos dando acesso a diversos gêneros textuais e estimulando habilidades como interpretação, comparação e também a criatividade, como vimos anteriormente. Ao apreciar as linguagens artísticas,

ação  
pedagógica

percepção

criatividade

liberdade  
de  
expressão

criamos, juntamente com elas. Não podemos nos esquecer de colocar sempre uma nova questão, estimular o grupo a perguntar e considerar todo o conhecimento como inacabado, com a necessidade de busca contínua. Assim, a construção do sujeito crítico estará presente em exercício constante.

No momento de aprendizagem de habilidades específicas, não podemos só ficar na técnica, por exemplo, aprender os acordes e reproduzir músicas no violão. Precisamos estimular a construção de sujeitos criativos, desafiar a construção do novo, de compositores (as) de músicas, autores de peças, artigos surgidos pela reflexão do grupo, coreógrafos, artistas plásticos, escultores entre outros.

Necessitamos de estimular sujeitos construtores de sua própria história, capazes de utilizarem os meios de comunicação para buscarem sentido, para sentirem o êxtase em realizarem as suas potencialidades, proporcionando auto-estima e envolvimento deles com o mundo. Além de se perceberem como sujeitos participativos, criadores de idéias e ideais, compartilhando, no convívio, seus sonhos, tornando-se próximos, por serem vivenciados em atos criativos. Estes atos serão responsáveis pela mudança e outros atos no futuro, já que é, com nossas ações e no dia-a-dia, que semeamos e concretizamos a inovação.

### **Bibliografia**

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2006 - (Debates; 139 / dirigida por J. Guinsburg)

----- *Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais*. São Paulo: Cortez, 2005.

CRISTOV, Luiza Helena da Silva & MATOS, Simone Ap. Ribeiro (org.) - *Arte-educação: experiências, questões e possibilidades*. Vários Autores (João Cardoso Palma Filho, Christiane de Souza Coutinho Orloski, Rejane Galvão Coutinho, Amélia Natalina Constante Garcia, Mirian Celeste Martins & Gisa Picosque, Valéria Peixoto de Alencar, Janete Aparecida Partelli Ruzza, Ana Cândida Paoletti Magalhães, Milca Ceccon Viola) - 1ª ed.- São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2006.

MAY, Rollo. *A Coragem de Criar*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

**Questões para reflexão em grupo.**

1-Na ação pedagógica de vocês, em que lugar está a criatividade?

2-O que há de inovador na ação do Programa Integração AABB Comunidade em sua cidade?

3-Cite um estímulo, em suas práticas, que resultou em atos criativos e como poderiam contribuir para mais criatividade?



### Outros olhares sobre a construção da sexualidade

Mariam Deborah Santos Vezneyan<sup>1</sup>

*"Segundo o que penso, e seguindo minha filosofia da aprendizagem, o corpo aprende apenas aquelas coisas com as quais está em contato. A aprendizagem é uma função do viver. A gente aprende para sobreviver e para viver melhor, com alegria. Mas a vida tem a ver com a relação direta do corpo com o seu meio. Por isso, a aprendizagem começa com os sentidos: o ver, o ouvir, o cheirar, o tocar, o gostar. Para os que só pensam com o auxílio de citações: Magister dixit! Assim falou Marx, que a tarefa da história é a educação dos sentidos!"<sup>2</sup>*

Rubem Alves

Talvez o grande diferencial da educação dialética transformadora seja o fato de ser uma educação centrada na vida e nas pessoas, em suas histórias, culturas, idéias e saberes; uma educação que reconhece a riqueza e diversidade de experiências e sentidos, que cada um traz consigo, e que só poderá ser compreendida e respeitada quando puder ser partilhada, através do diálogo e das trocas estabelecidas. Acreditar nesta educação e em seu poder transformador pressupõe, portanto, como postulou Paulo Freire, a análise da história e o percurso feito pela humanidade, a fim de compreendermos, de forma crítica e não mais ingênua, "o que somos, por que somos e o que queremos ser".

É imprescindível podermos refletir sobre temas considerados contemporâneos como, por exemplo, violência, gênero, etnia, sexualidade, dentre outros, se quisermos compreender a realidade atual. Assim, neste texto, temos o propósito de ampliar nossa compreensão sobre o tema sexualidade, a fim de desvelar seus significados e a forma como foi sendo construído em nossa sociedade.

A polêmica em torno da sexualidade, na sociedade ocidental, advém de percepções distorcidas, instituídas ao longo do tempo. Um dos maiores equívocos é aquele que nos faz acreditar que sexo, atividade sexual e sexualidade são as mesmas coisas quando, na realidade, possuem significados muito diferentes.

Sexo refere-se aos aspectos biológicos, físicos e orgânicos, presentes nos seres vivos sexuados, inclusive na espécie humana. São estes aspectos que definem as características anatômicas e genitais, e classificam os gêneros (a partir da diferença dos órgãos genitais) em masculino - aquele que possui pênis, e feminino - aquela que possui vagina. Contudo, o sexo não é capaz de determinar nem explicar a atividade sexual e, tampouco, a sexualidade, pois estas dimensões vão muito além da condição biológica.

É imprescindível podermos refletir sobre temas considerados contemporâneos como, por exemplo, violência, gênero, etnia, sexualidade, dentre outros, se quisermos compreender a realidade atual. Assim, neste texto, temos o propósito de ampliar nossa compreensão sobre o tema sexualidade, a fim de desvelar seus significados e a forma como foi sendo construído em nossa sociedade.

violência,  
gênero,  
etnia,  
sexualidade

sexo

<sup>1</sup>Educadora Social, graduada em psicologia.

<sup>2</sup>ALVES, Rubem. Sobre a vida amorosa das estrelas do mar. In: Cenas da vida. Campinas, SP: Papirus, 1997.

Quando fazemos referência à atividade sexual, estamos nos reportando ao que acontece quando os sexos se relacionam, o que implica em haver um encontro entre pessoas. Neste sentido, da mesma forma que existem inúmeras possibilidades de relacionamento humano, existem diversas formas de relacionamento sexual. Como toda relação humana, a relação sexual pode ser caracterizada por liberdade ou repressão; por companheirismo ou submissão; alegria ou tristeza; prazer ou desconforto. Assim, significa dizer que a atividade sexual pode humanizar, isto é, respeitar o outro e seus sentimentos, ou desumanizar, tratando o outro como coisa (coisificação do outro) e mero objeto de satisfação.

Já a sexualidade, embora englobe o sexo e a atividade sexual, tem muitos significados, pois é uma construção alicerçada no contexto histórico-sociocultural, e que se dá a partir da interação de cada pessoa com o outro, com os grupos, com a sociedade e consigo própria. Logo, a sexualidade tem a ver com os significados atribuídos a cada uma destas trocas e interações, experimentadas cotidianamente, e que irão influenciar o comportamento e a personalidade. Por isso, a sexualidade está vinculada à existência de cada pessoa, sua maneira de ser e a maneira como consegue se relacionar com o mundo.

É evidente que, em todos os momentos da história, a atividade sexual esteve presente, adquirindo diferentes significados. Porém, a sexualidade é um conceito da sociedade moderna ocidental, importante para explicar o ser humano a partir do sistema capitalista e seus desdobramentos. Assim, também, a criação da sexualidade, enquanto processo histórico-social-cultural, não escapa à "lógica" imposta de dominação e exclusão, que determina "o que podemos e o que não podemos"; "quem pode e quem não pode".

Se nosso objetivo é desenvolver um senso crítico sobre a realidade apresentada, precisamos compreender como as formulações do que é "certo ou errado", "saudável ou patológico", "aceito ou reprovado", em termos de sexo, atividade sexual e sexualidade, sempre estiveram a serviço da manutenção social, através de valores morais e religiosos, que não são inatos mas construídos nas e pelas sociedades humanas, de acordo com cada momento político e histórico.

Na pré-história, certamente, a vida sexual tinha significados totalmente diferentes do que se concebe hoje. Os registros feitos em pedras e cavernas, a arte rupestre, revelam que as relações sexuais ocorriam de acordo com uma "lei da natureza", ou seja, eram relações de acasalamento, comuns às outras espécies. Praticava-se, literalmente, o "sexo animal", pois eram as observações dos outros animais, a exploração do olfato e a identificação do período de fertilidade das fêmeas, e conseqüente reprodução da espécie, que impulsionavam a atividade sexual. Tal configuração foi se desenvolvendo por milhares e milhares de anos e pôde se transformar de acordo com o processo evolutivo da espécie humana.

Sabemos que os primatas apoiavam-se sobre os pés e as mãos, condicionando sua própria postura física de forma muito semelhante à de outros animais. Há uma hipótese de que as transformações foram possíveis a partir do momento em que o ser humano conseguiu apoiar-se apenas sobre os pés, adquirindo assim uma postura ereta e maior liberdade. As mãos passaram a ter funções muito mais refinadas, fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento da capacidade racional. Além disso, essa nova postura corporal permitiu, ao ser humano, ver-se diferente das outras espécies e perceber o mundo a sua volta de uma outra forma, ampliando os significados provocados por cada situação.

Outra hipótese assinala também que a descoberta do fogo, dentre outras coisas, fez o ser humano se reunir em torno de fogueiras, para se aquecer. Sentados em círculos, passaram a cruzar olhares, a desenvolver novas formas de percepção do outro e de comunicação. Assim, pouco a pouco, a atividade sexual passou a incorporar traços dessa "nova condição de humanidade": O sentido da visão adquiriu outro significado, possível a partir da "troca de olhares", assim como o tato passou a ter novas dimensões, experimentadas graças à liberdade das mãos e das descobertas do "tocar e ser tocado".

Num determinado momento, o ser humano associou o ato sexual à reprodução e, mesmo sem compreender exatamente de que forma estavam associadas, passou a representar, através dos

desenhos rupestres e esculturas, figuras de fêmeas grávidas com seios e quadris volumosos, simbolizando a fertilidade, além de grandes vulvas e falos.

Paulatinamente, os grupos se reproduziram e cresceram. Era necessário desenvolver formas que garantissem a sobrevivência e, então, a agricultura passou a ser desenvolvida paralelamente à criação de animais. No intuito de manter esses bens de subsistência, não permitindo que outros grupos e comunidades deles se apropriassem, estabeleceu-se a monogamia, núcleo do que, tempos depois, passará a se denominar de família.

monogamia

Cada povo, de acordo com os fenômenos naturais que se apresentavam e as formas encontradas para que pudessem sobreviver naquele dado ambiente, desenvolveu, ao longo da história, crenças, tradições culturais e modos de vida. Assim, diferentes formas de significar a sexualidade foram sendo construídas. Vejamos alguns exemplos:

Em várias culturas, o homem podia ter várias esposas, enquanto que o mesmo não era permitido às mulheres. Caso praticassem "adultério", seriam severamente punidas, através de açoites e apedrejamentos.

África

Alguns povos da África consideravam, e continuam considerando nos dias atuais, que as mulheres obesas e de corpo mais arredondado provocam maior atração sexual, sendo, portanto, as mais desejadas. Por isso, nessa cultura, a passagem para a fase adulta era precedida por um longo período de "engorda".

Grécia Antiga

Na Grécia Antiga, os garotos adquiriam status de adultos após praticarem atividades sexuais com homens nobres e mais velhos. Naquela época e sociedade, tal prática não tinha os significados que tem hoje, ou seja, não era vista de forma preconceituosa ou considerada pecado, perversão, nem desvio de personalidade. Tampouco era tida como prática homossexual (até porque não havia esta classificação: heterossexualidade e homossexualidade) pois, naquela cultura, significava "aprender com quem era mais experiente", valorizando este rito de passagem e fazendo com que, aos olhos daquela sociedade, os homens fossem honrados.

Fica claro que as experiências sexuais sempre precisaram estar pré-vistas, correspondendo aos ditames religiosos, morais e culturais de cada sociedade e tempo histórico. Tais aspectos são responsáveis, ainda que indiretamente, pela própria criação do que hoje denominamos sexualidade. Além disso, estas aprendizagens deixaram suas marcas não só no corpo, mas na própria forma como nos vemos, como nos relacionamos uns com os outros, e atribuímos valores e significados àquilo que sentimos, pois somos seres biopsicossocioculturais, o que significa que temos um corpo físico modelado a partir das subjetividades que passam a compor nosso aparato psíquico, através das interações com os outros e com o meio, formando uma teia onde tudo - bio, psico, sócio, cultural - é indissociável.

Desta forma, a sexualidade pode ser vivenciada de forma plena e prazerosa ou distorcida por preconceitos, tabus, mitos e classificações que farão dela algo sujo, feio, imoral e, portanto, vergonhoso e "patológico".

sociedade ocidental

Inserida numa sociedade ocidental, nossa sexualidade foi sendo reduzida à mera reprodução da espécie, como se fosse pautada apenas por aspectos biológicos. Esta redução foi provocada principalmente pela religião, ao postular que "os filhos de Deus deveriam crescer e se multiplicar", admitindo o sexo somente para a reprodução. Tal visão reducionista negou, ao mesmo tempo, a sexualidade e a

humanidade das pessoas, pois a determinação rígida, de como o ser humano deveria agir, foi, e ainda é, contrária aos preceitos de liberdade e escolha. Esta constatação suscita ainda uma outra questão: como ser pleno e feliz sem liberdade de escolha, sem ter autonomia para vivenciar o que se deseja?

Neste mesmo sentido, o fato de uma criança nascer e pertencer ao sexo feminino ou masculino já é o suficiente para os comportamentos serem programados de acordo com as concepções de gênero e a determinação de papéis sexuais, mais ou menos da seguinte maneira: a programação começa de forma vista como natural e sentida apenas como fator cultural. Por exemplo, a determinação da cor que devem usar - rosa para menina e azul para menino; depois, vêm os brinquedos - bonecas, bichinhos, batons e panelinhas de um lado e de outro, bolas, carrinhos, bicicletas e armas; mais tarde espera-se que a garota saiba "se dar valor", mantendo a virgindade e comportando-se como "moça direita pra casar"; já do rapaz exige-se que seja viril, esteja sempre disposto a conquistar e pronto para a atividade sexual, "provando que é macho" e provedor...

Poderíamos elencar mais uma infinidade de situações que nada têm de natural, pois são aspectos de uma sexualidade construída para corresponder aos interesses da ordem econômica e social, da propriedade privada, etc. Contudo, outras questões parecem ser mais relevantes neste momento.

De que forma, pensando em termos culturais, a nossa sexualidade foi sendo constituída? Como cada um de nós lida com os aspectos que permeiam tal sexualidade, isto é, com prazeres, mitos, tabus, afetos, inseguranças, desejos, carinho e toda a gama de sentidos e sentimentos evocados?

Creio que a maioria de nós teve ou ainda tem dificuldades de falar sobre tais questões e mais ainda, de vivenciá-las. É de se supor, as ideologias dominantes, que caracterizam nossa sociedade, deixam marcas profundas sobre o que "pensamos que pensamos", sentimos ou fazemos, em vários aspectos de nossas vidas, inclusive em relação à sexualidade e experiências afetivas e/ou sexuais. Não tivemos oportunidade, ao longo do processo de desenvolvimento, de realizar descobertas a partir dos próprios sentidos, ou seja, no geral não recebemos uma educação capaz de estimular nossa capacidade de ver, ouvir, tocar, provar, cheirar... Enfim, fomos "impedidos" de explorar nossas sensações, descobrindo o que nos faz bem e o que não é bom; o que nos causa alegrias e entusiasmo ou tristeza e desânimo. Da mesma forma, em várias situações, não nos foi possível interagir com o "universo" do outro, reconhecendo também seus sentidos, sentimentos, desejos e receios. Tudo isso nos leva a crer que fomos educados para a passividade e aceitação cega e dócil de que as coisas "são assim mesmo e pronto".

Este tipo de fatalismo e padronização de modelos impede que as diferentes formas de expressão da sexualidade possam emergir, impede que sejamos felizes, pois nos retira o direito de decidir como queremos viver.

Por outro lado, reconhecer que a sexualidade é uma construção nos faz perceber que podemos romper com situações que nos oprimem e aprisionam. Para tal, é primordial que busquemos transformar a forma como lidamos com nosso corpo, nosso sexo, nossos sentidos, vontades, culpas... Ora, podemos também ter relações mais saudáveis e livres, permeadas por sinceridade, respeito, confiança, prazer e bem-estar, nas quais caibam a diversidade e singularidade humana. Consideramos que é este, também, nosso papel enquanto educadores: problematizar as certezas e dúvidas em relação ao sexo, atividade sexual e sexualidade, contribuindo para que os educandos possam refletir e fazer escolhas responsáveis, de acordo com seus desejos, nos seus caminhos de vida.

Por fim, algo que não devemos esquecer:

"Se estamos aqui, é graças à troca de olhares, ao tocar e ser tocado"

Pelado  
Ultraje a Rigor

(...)  
Indecente  
É você ter que ficar  
Despido de cultura  
Daí não tem jeito  
Quando a coisa fica dura  
Sem roupa, sem saúde  
Sem casa, tudo é tão imoral  
A barriga pelada  
É que é a vergonha nacional  
Vai!!!  
Pelado, pelado  
Nu com a mão no bolso!

### **Bibliografia**

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ALVES, Rubem. *Sobre a vida amorosa das estrelas do mar*, In: *Cenas da vida*. Campinas, SP: Papyrus, s/d.

CAMPOS, Vera. Felicidade de Almeida. *Sexualidade Humana: aspectos psicológicos*. Boletim SBEM, set 1999.

HEILBORN, Maria Luiza. *Entre as tramas da sexualidade brasileira*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, abril/ 2006.

\_\_\_\_\_. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/ UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.



**Questão para reflexão em grupo.**

1- Qual a relação entre concepção dialética e sexualidade?



O Programa Integração AABB Comunidade e suas Interfaces com o Uso  
de Substâncias Químicas

Juliana Santos Graciani<sup>1</sup>

O Programa Integração AABB Comunidade é um Programa idealizado pela FENABB e integrado pela Fundação do Banco do Brasil, promovido em abrangência nacional, desenvolvido localmente e, principalmente, através de parcerias com gestores da política pública municipal, articulado com as escolas, famílias e comunidades dos educandos atendidos.

O Projeto Político Pedagógico do Programa Integração AABB Comunidade está baseado nos princípios da concepção de educação dialética Freireana, na pedagogia dos direitos e na ludicidade.

A concepção de educação dialética Freireana parte do princípio de que se deve educar para a liberdade, ou seja, busca-se capacitar os educandos e educadores para exercerem seu potencial de livre-arbítrio, postura crítica e discernimento. (Freire e Faundes, 1985)

Sua metodologia é composta de três momentos: parte-se sempre de uma ação previamente planejada pelo educador, a partir do diagnóstico dos conhecimentos e temas geradores de interesses dos educandos, pesquisados anteriormente. Essa ação deve promover uma reflexão individual, grupal e coletiva sobre o tema. Essas duas etapas devem promover um discernimento teórico a partir do tema estudado, visando retornar à realidade prática com uma nova ação, uma nova postura frente ao tema discutido com os educadores.

A Pedagogia dos Direitos busca desenvolver a formação do Sujeito de Direitos, compreendendo que toda ação humana tem uma representação social, que atua no âmbito da micro e macro participação, interferindo nos eixos biológico-psicossocial, político-cultural-econômico, construindo transformações locais e globais do Planeta Terra. Sua metodologia está relacionada ao estudo teórico e prático do desenvolvimento da cidadania, incluindo as principais legislações no que tange a infância, adolescência e juventude.

A Pedagogia da Ludicidade está baseada no lúdico, palavra latina "ludus", que quer dizer jogo e brincadeira. Seu pressuposto básico é que brincando também se aprende os conteúdos da escola, valores morais, éticos, da cidadania, da preservação ambiental, da auto-estima, entre tantos outros. (Vygotsky, 1993).

A atividade lúdica permite uma aprendizagem com demonstração de prazer, alegria, afetividade; permite a significação e ressignificação de conteúdos, através do treinamento de papéis sociais, de momentos de autoconhecimento e de conhecimento do outro, de cuidar de si e do outro, de fantasiar, contar histórias, da expressão da criatividade, da interiorização de limites, da percepção de pensamentos e da possibilidade de sentir-se incluído no grupo. Promove noções de

A Pedagogia dos Direitos busca desenvolver a formação do Sujeito de Direitos, compreendendo que toda ação humana tem uma representação social, que atua no âmbito da micro e macro participação, interferindo nos eixos biológico-psicossocial, político-cultural-econômico, construindo transformações locais e globais do Planeta Terra.

Pedagogia dos  
Direitos

Pedagogia da  
Ludicidade

<sup>1</sup>Psicóloga, Educadora Social e Coordenadora do Projeto Ônibus Ludicidade e Baú Encantado pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, Especialista em Psicanálise, Mestranda em Gerontologia Social pela PUC/SP.

pertencimento, amizade, inserção social, aspectos esses tão importantes para o desenvolvimento das potencialidades humanas. (Santos, 2001).

Segundo Graciani (2001), o Projeto Político Pedagógico ocorre de forma processual pelo "... desenvolvimento das capacidades e dos potenciais da cada educando/educador para sentir, pensar e agir de forma autônoma, crítica e criativa, no contexto dos grupos sociais em que vive. Essa é a essência da práxis, na perspectiva da metodologia dialética".

É de suma relevância compreender a filosofia e a concepção de educação que norteia o Programa, para o planejamento eficaz das ações a serem desenvolvidas com todos os atores sociais envolvidos no processo.

Tomemos, como exemplo, a articulação do tema gerador uso de drogas e o Programa Integração AABB Comunidade quanto à elaboração de estratégias para abordar a temática com os educadores, educandos, familiares, escolas e comunidade.

Uma primeira ação poderá ser a consulta à legislação para se conhecer com precisão as informações a serem socializadas nas atividades com os diversos atores sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no capítulo da Prevenção Social, no artigo 81, destaca que: "É proibida a venda à crianças e adolescentes de...bebidas alcoólicas, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica...". Dessa maneira, a lei delimita que crianças e adolescentes não devem ter acesso, nem mesmo para compras, à substâncias químicas.

Os cidadãos que descumprirem o referido artigo serão penalizados com a detenção de dois a quatro anos, incluindo multa, se o fato não constituir crime mais grave. O artigo 243, também inclui os infratores que fornecerem gratuitamente, ministrarem ou entregarem produtos químicos aos infantes.

A convivência familiar e comunitária deve ser garantida à criança e ao adolescente, em ambiente salutar, onde não exista a presença de pessoas dependentes de entorpecentes. (Artigo 19)

Infelizmente, dados estatísticos de acidentes de trânsito e no trabalho, altos índices de hospitalizações, aumento da criminalidade, violência doméstica, maus tratos, negligência na educação infanto-juvenil, na maioria dos casos estão inter-relacionados ao uso e abuso de drogas, causando grandes sofrimentos às famílias que compõem uma nação.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, em relação aos dados sobre a prevalência na população que utiliza o álcool de forma dependente, situa-se em torno de 10 a 12% de incidência populacional, sendo essa a droga psicotrópica que mais interfere na rotina, dinamismo, estruturação e organização da família.

O álcool mata 2,3 milhões de pessoas no mundo por ano, segundo a OMS!

O ECA prevê, com as intermediações do Conselho Tutelar, por meio de medidas protetoras (Artigo 129), algumas intervenções possíveis às famílias inseridas nessa temática: "... encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção a família, inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico...".

Nesse sentido, é importante ressaltar os tratamentos comunitários e gratuitos de Irmandades Anônimas oferecidos na maioria dos municípios para os dependentes de substâncias químicas: Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA), Fumantes Anônimos (FA) e Associação Nacional Anti-Álcool. Existem também Programas de tratamento e prevenção destinados aos familiares de usuários de drogas: Al-Anon (familiares de alcoólatras), Nar-Anon (familiares de usuários de várias drogas), Alateen (filhos pequenos e adolescentes de usuários de drogas), Filhos Adultos de Alcoólatras e Amor-Exigente (grupo de apoio aos pais e educadores).

O Estatuto da Criança e do Adolescente engloba a questão do uso de drogas, do ponto de vista preventivo, normatizando a convivência familiar e prevendo estratégias de encaminhamento dos

dependentes e de seus familiares. Por outro lado, responsabiliza aqueles que descumprirem as leis e não garantirem os direitos fundamentais que promovem a qualidade de vida.

A elaboração de intervenções diante da temática do uso de drogas para os atores envolvidos no Programa Integração AABB Comunidade, baseadas na legislação, podem ser ampliadas com as estratégias de prevenção primária,<sup>2</sup> proposta por Gómez (2001), em dois modelos básicos intercambiáveis.

A primeira proposta consiste no estímulo ao Controle Social, visando destacar ao usuário as conseqüências de suas ações, propiciando o desenvolvimento de sua autonomia: responsabilização penal do usuário, diminuição da exposição à droga, controle rígido sobre o uso, aumento do policiamento, combate ao narcotráfico, técnicas de amedrontamento (imagens relacionadas ao uso de drogas) e pressão de grupo positiva (censura grupal ao uso e elogio ao não uso), buscando fortalecer a relação de ajuda e solidariedade.

A segunda proposta baseia-se no Oferecimento de Alternativas, buscando promover um padrão de vida saudável, pautado nos princípios da proteção e desenvolvimento integral dos direitos humanos: valorização da conduta moral e ética, conhecimento científico (informações críticas, fundamentação teórica, dados de pesquisa), educação afetiva (expressão dos sentimentos, dificuldades pessoais que podem levar ao uso, resistência às pressões) e Projeto de Vida saudável (construção individual e coletiva com propostas que envolvam prazer e responsabilidades nos vários setores da vida).

Segundo Olivenstein (1997), a eficiência das estratégias depende da articulação entre três fatores: personalidade do usuário (fatores internos que levam à necessidade do uso), ambiente social e cultural em que vive a pessoa (fatores externos) e o acesso e estímulo ao uso de drogas (região que habita, propaganda na mídia).

Nesse sentido, é interessante utilizar mais de uma estratégia, tentando atingir ambos os fatores, internos e externos, que contribuem para os riscos de utilização das drogas.

A seguir, aponto algumas possibilidades que o Programa Integração AABB Comunidade pode promover em caráter sistemático, constante e contínuo:

- Estímulo ao não uso ou uso restrito de álcool pelos pais dos educandos.
- Protagonismo, na Campanha Municipal de combate às drogas, de crianças e adolescentes.
- Ter coragem de criar regras de padrão de uso para os educadores.
- Promover palestras mensais sobre temas escolhidos pelos educandos, relacionados às drogas, promovidas pelo Posto de Saúde, Conselho Tutelar, pessoa em tratamento do uso drogas.
- Criação de atividades de dança e teatro, criação, declamação ou leitura de poesias, que sensibilizem as escolas onde os educandos estudam.
- Visita à rede de tratamento ambulatorial, hospitalar, internação e apoio comunitário (AA, NA, NAR-ANON, ALATEEN, AL-ANON e FA).
- Fazer denúncias anônimas de locais que vendem bebidas e drogas.
- Conhecer e apoiar às políticas públicas locais relacionadas ao tema da

<sup>2</sup>Prevenção primária: busca atingir toda a população, promovendo a qualidade de vida, procurando evitar que o uso de drogas ocorra, evitando a incidência do uso e abuso de drogas antes que ele se inicie.

Controle  
Social

Oferecimento  
de  
Alternativas

rede de  
tratamento

prevenção às drogas.

- Organizar uma Gincana aberta à comunidade dos educandos, estimulando a qualidade de vida e o prazer sem o uso de drogas.

- Divulgação de experiências, com êxitos, sem uso de drogas.

Por fim, só conseguiremos mudanças significativas na sociedade, se começarmos a prestar atenção no padrão de uso pessoal, familiar, da AABB, do bairro, região, cidade, enfim, do seu país, fazendo uma análise crítica dos fatores pessoais, sociais, culturais, ambientais e econômicos e, sinceramente, quando respondermos à questão: A quem interessa realmente que eu não utilize drogas?

### **Bibliografia**

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, (2003) Lei 8.069/90, Brasília: Fundação Banco do Brasil e FENABB.

FREIRE, P. e FAUNDES, A. *Por Uma Pedagogia da Pergunta*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

GRACIANI, M. S. *Pedagogia Social de Rua*, São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2001.

GOMEZ, J.L. *Análise dos Fatores de Risco e Proteção para o Consumo de Drogas em Adolescentes*. Londrina: VEL/Granada, 2001.

LUCKESI, C. C. *Ludopedagogia - Ensaios I: Educação e Ludicidade*, Salvador: Gepel, 2000.

OLIVENTEIN, C. *Aspectos Sociais: A Construção da Marginalidade e da Violência*, In: Baptista, M. e Inem, C. *Toxicomanias, Abordagem Multidisciplinar*, UERJ: Sette Letras, 1997.

MENEZES, M.S.C. *Prevenção com Amor Exigente - Antes que Coisas Ruins Aconteçam*. São Paulo: Loyola, 2005.

SANTOS, S. M. P. *A Ludicidade como Ciência*, Petrópolis: Vozes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

### **Site**

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - [www.alcoolismo.com.br/oms\\_alcool.html](http://www.alcoolismo.com.br/oms_alcool.html)

**Questões para reflexão em grupo.**

1-Como vêm sendo desenvolvidas as atividades do Programa Integração AABB Comunidade, em sua localidade, em relação à temática do uso e abuso de drogas?

2-A partir das duas estratégias de prevenção primária, propostas por Gómez, destaque como cada uma delas pode ou não contribuir com o Programa Integração AABB Comunidade.



**A importância da educação social na construção do protagonismo infanto-juvenil para a preservação e democratização dos recursos hídricos**

*Márcia Guerra<sup>1</sup>*

Historicamente, o Programa Integração AABB Comunidade vem contribuindo para a preservação e democratização dos recursos hídricos, ao estimular e investir em diversas iniciativas que integram a rede de educação socioambiental no Brasil.

Neste ano, a Fundação Banco do Brasil e a Federação Nacional das Associações Atlético Banco do Brasil, em parceria com o Instituto COPERFORTE e o Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, realizaram o Concurso de Criação de Histórias em Quadrinhos, no Programa Integração AABB Comunidade, no período de 14 de abril a 23 de maio de 2008.

O principal objetivo desse concurso foi incentivar a participação infanto-juvenil para contribuir com a preservação dos recursos hídricos, tendo como referência a concepção de educação socioambiental desenvolvida no Programa Integração AABB Comunidade, fortalecida com o desenvolvimento do Projeto Olhos N'Água.

Para tanto, cada Programa poderia inscrever até quinze trabalhos, sendo no máximo cinco por categoria, ou seja, na faixa etária de 7 a 10 anos, 11 a 14 anos e acima de 14 anos; e esses trabalhos deveriam ser elaborados por grupos de, no máximo, cinco educandos.

Outros aspectos considerados no desenvolvimento dessas histórias em quadrinhos estavam relacionados à adequação ao tema geral, tendo em vista o objetivo do concurso, conteúdo de acordo com a concepção de educação socioambiental desenvolvida pelo Programa Integração AABB Comunidade e atendimento às exigências quanto à forma de apresentação, especificadas no item de procedimentos para elaboração dos trabalhos, conforme estabelecido no edital do concurso, enviado por e-mail para todos os Programas e disponibilizado no site do Programa [www.programaaabbcomunidade.org.br](http://www.programaaabbcomunidade.org.br).

Para uma melhor efetividade no desenvolvimento das histórias em quadrinhos, o NTC-PUC/SP realizou um plantão para tirar dúvidas, de segunda à sexta, das 14h às 16:30h, por meio do e-mail [concursoaabbcomunidade@yahoo.com.br](mailto:concursoaabbcomunidade@yahoo.com.br) e do telefone (11) 3862-5891.

O processo de realização desses trabalhos demandou uma série de decisões para garantir o máximo de participação dos educandos do Programa Integração AABB Comunidade nesse concurso. Inicialmente, as inscrições seriam encerradas em 09 de março, mas devido o alto índice de pedidos dos coordenadores do Programa, alegando dificuldades em participar devido à comemoração do dia das mães e, tam-

"É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar"

*Milton Santos*

Concurso de Criação de Histórias em Quadrinhos

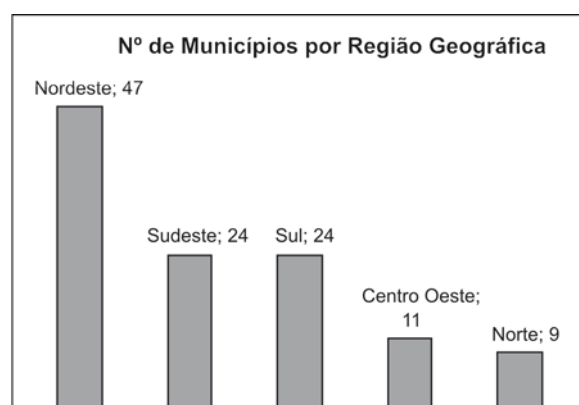
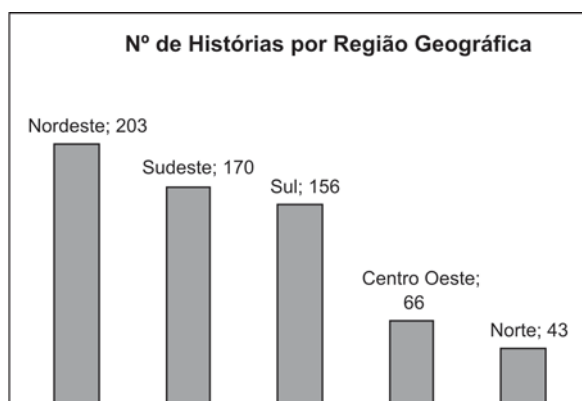
participação dos educandos

<sup>1</sup>Antonia Marcia Araújo Guerra Urquizo Valdivia é Educadora Social do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa: Educação Social e Ambiental da PUC/SP, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Assistente Social pela PUC/SP.

<sup>2</sup>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

bém, em muitos casos, por terem acesso ao edital na véspera do encerramento das inscrições. Portanto, os instituidores e os parceiros prorrogaram as inscrições para o dia 23 de maio de 2008. Essa decisão possibilitou um número maior de participação de educandos e de Programas no Concurso de Histórias em Quadrinhos.

Tivemos a participação de cento e quinze Programas de vinte e um Estados brasileiros, mais o Distrito Federal, que enviaram 638 histórias em quadrinhos conforme histogramas:



Essas histórias foram encaminhadas ao Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, que atribuiu notas e apreciações a todas as histórias recebidas e encaminhou as trinta finalistas à Comissão Nacional Julgadora composta por representantes da FENABB,<sup>3</sup> FBB,<sup>4</sup> BB,<sup>5</sup> Instituto COOPERFORTE e o NTC-PUC-SP, que definiram as cinco melhores histórias em quadrinhos para compor a Revista Olhos N'Água, que deverá ser distribuída no VI Encontro de Educadores do Programa Integração AABB Comunidade, quando os educadores a entregarão para todos os educandos.

É importante ressaltar que houve premiação dos trabalhos selecionados, havendo, assim, um primeiro lugar. Para cada uma das faixas etárias de 7 a 10 anos, 11 a 14 anos e acima de 14 anos, foi destinada a premiação de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), totalizando o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Foram selecionados dois trabalhos em 2º lugar, correspondentes a duas categorias, com prêmio de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 3.000,00 (três mil

<sup>3</sup>Federação Nacional das Associações Atlético Banco do Brasil - FENABB.

<sup>4</sup>Fundação Banco do Brasil - FBB.

<sup>5</sup>Banco do Brasil - BB.



## Educação Continuada a Distância Módulo A-2008

## O Projeto...

reais). A categoria com menor número de trabalhos inscritos não concorreu a esta 2ª premiação. Da 6ª a 30ª histórias finalistas receberam uma premiação de 500,00 (quinhentos reais), alizando o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Apresentamos os resultados da classificação para premiação, de acordo com a tabela:

CATEGORIA 7 A 10 ANOS		
Município/Estado	História	Classificação
Coromandel/MG	As meninas em: Valorização dos Recursos Hídricos	Finalista
Guaçuí/ES	Capitão Água: “O Herói das Águas!”	1º Lugar
Ji Paraná/RO	A Preservação das Nascentes e Rios	2º Lugar
Maceió/AL	As aventuras de Kauane e Daniela	Finalista
Marau/RS	A campanha!	Finalista
Miracema do Tocantis/TO	Preservando os Rios	Finalista
Orizona/GO	Água é Vida	Finalista
Piracanjuba/GO	O rio	Finalista
Porto Alegre/RS	A importância da água para todos	Finalista
Santarém/PA	A água	Finalista
CATEGORIA 11 a 14 ANOS		
Aparecida do Taboado/MS	Olha quem está falando	1º Lugar
Betim/MG	Economizar água nunca é demais	Finalista
Colinas do Tocantins/TO	Visitando o córrego Sinhá	Finalista
Conceição das Alagoas/MG	Ainda há tempo	Finalista
Garanhuns/PE	A gotinha viajante	2º Lugar
Getúlio Vargas/RS	Água fonte de vida	Finalista
Iúna/ES	Preservação dos recursos hídricos	Finalista
Mairi/BA	Com a água seremos felizes	Finalista
Marau/RS	Viva o Meio Ambiente	Finalista
Porto União/SC	Economizar água, uma forma de preservar o meio ambiente	Finalista
Categoria maior de 14 anos		
Betim/MG	Sabendo usar não vai faltar	Finalista
Estância/SE	O minante e a fábrica	Finalista
Iúna/ES	Preservação dos recursos hídricos	Finalista
Laranjeiras do Sul/PR	Porque é preciso preservar	Finalista
Marau/RS	Preservando a natureza	Finalista
Marília/SP	A verdadeira história da água	Finalista
Nova Cruz/RN	A importância da água	Finalista
Paulo Afonso/BA	Nina e o difícil manejo com a água no sertão	1º Lugar
Paulo Afonso/BA	Poluição do rio São Francisco	Finalista
Santarém/PA	Pedido de socorro	Finalista

Para a obtenção desse resultado, foi utilizado um instrumental avaliativo que continha notas de zero a dez nos seguintes quesitos:

a) Adequação ao tema geral, tendo em vista o objetivo do concurso (incentivar a participação infanto-juvenil para contribuir com a preservação dos recursos hídricos, segundo a concepção de educação socioambiental desenvolvida no Programa Integração AABB Comunidade).

Adequação  
ao tema

b) Coerência filosófica de acordo com a concepção de educação socioambiental do Programa Integração AABB Comunidade (levar em consideração a pedagogia dos direitos no desenvolvimento das ações relacionadas à proteção dos recursos hídricos, ou seja, a contribuição da protagonismo infanto-juvenil na transformação socioambiental, além da relação da escrita e dos desenhos).

Coerência

c) Atendimento às exigências quanto à forma de apresentação, especificadas no capítulo III "Procedimentos para a elaboração dos trabalhos" (Material: papel A4, lápis grafite ou lápis de cor ou caneta hidrográfica ou giz de cera, sem limites para utilização de cores, podendo também ser apenas nas cores pretas e brancas. Estrutura: mínimo de 08 cenas ou quadrinhos, com até 16, no máximo. As cenas deverão ser distribuídas em 02 folhas de papel, não utilizando o verso - Incluir o título da história no primeiro quadrinho - A identificação dos autores deverá constar, no formulário de inscrição e no verso de cada uma das folhas utilizadas na formulação dos quadrinhos).

Apresentação

d) Objetividade (Os quadrinhos devem conter cenas que introduzam, desenvolvam e finalizem a história).

Objetividade

e) Originalidade (As histórias em quadrinhos não podem reproduzir personagens já existentes, criadas por outros autores como, por exemplo: Turma da Mônica etc).

f) Criatividade (caráter inovador, diversificado e marcante).

Criatividade

Esse processo de escolha foi difícil, tendo em vista a beleza de todas as histórias em quadrinhos que participaram do Concurso de Criação de Histórias. Infelizmente, tivemos muitas histórias sem concorrer à premiação, pois houve casos de histórias elaboradas individualmente, quando o edital previa que deveria ser em grupo de até cinco participantes, histórias a que não foram anexadas o formulário de inscrição, além de diversos problemas no envio ou preenchimento do termo de cessão de direitos autorais.

Porém, ressaltamos que todas as histórias farão parte do Relatório Geral do Concurso de Criação de Histórias em Quadrinhos do Programa Integração AABB Comunidade, que dará subsídio substancial para novas ações relacionadas à continuidade do Projeto Olhos N'Água - que tem como principal objetivo a contribuição do Programa na preservação e democratização dos recursos hídricos, pautado no desenvolvimento de pesquisa para criar novos indicadores para a prática educativa; formação sistemática com os educadores; intervenção social junto aos diversos atores sociais para o empoderamento espacial; participação popular e social dos educandos e educadores nos fóruns, comitês de bacias hidrográficas, câmara técnicas, grupos de trabalhos e conselhos, e publicações de material didático e pedagógico que são utilizados no desenvolvimento de atividades lúdicas e participativas, e também, para os educandos levarem para as suas casas, escolas, comunidades, dentre outros espaços de convivência.

Relatório  
Geral

Consideramos, ainda, a importância da iniciativa do Concurso de Histórias em Quadrinhos, pois mais uma vez conseguimos mobilizar os educandos e os educadores para a defesa das nossas águas. Tendo em vista que oceanos, riachos, rios, açudes, lagos e nascentes estão sendo destruídos. E mais, milhares de pessoas não têm acesso à água potável e outras caminham incomensuravelmente para adquirir esse recurso.

Dessa maneira, podemos afirmar que as histórias em quadrinhos trouxeram a preocupação com o nosso planeta, ao analisar as causas e as conseqüências do aquecimento global, que afeta a sustentabilidade dos seres humanos, dos animais e das plantas, que juntos integram a biodiversidade do planeta terra. A correlação de forças de grupos sociais também foi apontada nas histórias, principalmente na mobilização social contra a construção de hidrelétricas em comunidades que serão extintas, enquanto território geopolítico demarcado por populações tradicionais.

Muitas foram as contribuições trazidas pelas histórias, pois, de modo geral, a coletividade foi exaltada, mesmo naquelas feitas individualmente. Dados estatísticos sobre a disponibilidade de água, também foi cenário dessas histórias acrescido das sugestões em colocar a criança e o adolescente como verdadeiros promotores da água, ao desenvolver ações coletivas que possam propalar o respeito com a vida e com uma nova postura de cidadania, a qual nós chamamos de protagonismo juvenil.

Esse processo de construção de histórias em quadrinhos fortaleceu as inúmeras ações de educação socioambiental do Programa Integração AABB Comunidade e propiciou o ensino/aprendizagem tanto dos educadores quanto dos educandos, por meio da brincadeira, expressados pelos desenhos e pelo enredo de cada história, além de estimular a criatividade e a inventividade dos nossos educandos, desenvolvidos pela análise crítica da realidade, de fato, que ocorreu, ou pela imaginação em criar uma história com novos personagens.

Assim, podemos afirmar que o Programa Integração AABB Comunidade vem cumprindo o seu papel junto à rede de educação socioambiental brasileira, por meio de um Projeto Político Pedagógico incisivo, que dá diretrizes para o empoderamento dos nossos educandos na preservação e democratização dos recursos hídricos.

### **Bibliografia**

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Relatório Parcial "*Concurso de Histórias em Quadrinhos do Programa Integração AABB Comunidade*", NTC-PUC/SP, 2008.

**Questões para reflexão em grupo.**

Tendo em vista, o processo de construção das histórias em quadrinhos feitas pelos educandos do Programa Integração AABB Comunidade, que deu origem a "Revista Olhos N'Água", que deverá ser entregue para todos os coordenadores/educadores no VI Encontro de Educadores (agosto e setembro de 2008) para entrega a cada educando, bem como balizar a prática educativa nas distintas atividades realizadas pelo Programa, responda:

1-Como a equipe de educadores irá trabalhar com a "Revista Olhos N'Água"? E quais são os públicos participantes? (família, educandos, educadores, parceiros, dentre outros envolvidos no Programa).



VALE LEMBRAR

As respostas do Módulo A-2008 deverão ser enviadas ao NTC-PUC-SP até Dezembro/2008

**Dicas** para evitar problemas com a **CERTIFICAÇÃO**:

1-**Destaque** e envie a lista de participantes que estiver no final de cada módulo, devidamente preenchida de **forma legível**, com **endereço completo** e **assinada** por cada participante (não pode ser assinada pelo coordenador ou outra pessoa). A **Coordenação** que participar das discussões, deverá também assinar a lista, senão não será considerada participante.

2-Não serão aceitas devolutivas por fax.

3-Cada módulo deverá estar acompanhado de sua respectiva lista de presença (**não pode** ser uma lista única que corresponda a todos os módulos).

4-As respostas do grupo devem ser encaminhadas para o NTC da PUC/SP, por correio ou e-mail – mesmo encaminhando por e-mail necessitamos **OBRIGATORIAMENTE** de cópia por correio, **acompanhada da respectiva lista de participação**.

5-Os certificados serão enviados após a conclusão dos módulos e ressaltamos que só receberá o certificado o educador(a) que participar dos **dois** módulos-2008

6-A inclusão de nomes de pessoas na lista de participação para fins de certificação que não tenham participado efetivamente dos grupos de estudos, implicará na invalidação do trabalho de todo o grupo e nenhum participante do município em questão receberá o certificado.

7-Sugerimos que correspondência enviada ao Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP, seja postada com **Aviso de Recebimento (AR)**, ou confirmada seu recebimento pelo telefone do Plantão Pedagógico.

**Educação Continuada a Distância**  
**Módulo A-2008**

**Ficha de Inscrição**

**LISTA DE PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE ESTUDO**

**Formação Continuada a Distância para Educadores do Programa Integração AABB Comunidade**

Datas de Realização dos Estudos do **Módulo A-2003**: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Coordenador(a): \_\_\_\_\_

Fone da AABB: (0\_\_\_\_)-\_\_\_\_\_

E-mail da AABB: \_\_\_\_\_

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

